

# A Colónia do Sacramento nas relações entre as Coroas Portuguesa e Castelhana entre 1680 e 1777

Sara Martins Eva Ferreira

Orientador: Professora Doutora Raquel de Caria Patrício

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Relações Internacionais

Lisboa  
2020

## A Colónia do Sacramento nas relações entre as Coroas Portuguesa e Castelhana entre 1680 e 1777

**Sara Martins Eva Ferreira**

Orientador: Professora Doutora Raquel de Caria Patrício

Dissertação para obtenção de grau de Mestre  
Em Relações Internacionais

Júri:

Presidente: Doutor António Costa de Albuquerque de Sousa Lara,  
Professor Catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais  
e Políticas da Universidade de Lisboa;

-

Vogais:

Doutor Nuno Gonçalo de Carvalho Canas Mendes, Professor  
Associado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas  
da Universidade de Lisboa;

Doutora Raquel Cristina de Caria Patrício, Professora Auxiliar  
do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da  
Universidade de Lisboa, na qualidade de orientadora;

Doutora Nancy Elena Ferreira Gomes, Professora Auxiliar do  
Departamento de Relações Internacionais da Universidade  
Autónoma de Lisboa.

Lisboa, 2020

-

-

-

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Professora Doutora Raquel Patrício e à minha família, todo o apoio que me deram.

O meu muito obrigada.

## RESUMO

O objeto de estudo desta dissertação de Mestrado em Relações Internacionais é Colónia do Sacramento, analisada sob os pontos de vista das relações de poder e das relações diplomáticas entre as Coroas Portuguesa e Castelhana, entre 1680 e 1777. Na verdade, Colónia do Sacramento surge como uma cidadela fundada em 1680 pelos portugueses, visando defender de Castela o Brasil e as suas fronteiras na América do Sul. A meio do século XVIII, a fortaleza torna-se uma preciosa moeda de negociação nos tratados europeus, para ampliar o território português nas Américas.

Centrada sobre essas questões principais, a dissertação concebe, como pergunta de partida: Qual a importância da Colónia do Sacramento para as Coroas Portuguesa e Castelhana entre 1680 e 1777, no sentido de se procurar definir como se delineou o futuro da mesma, se pela via das armas, ou se pela via diplomática?

Esta investigação não surge, neste sentido, como um estudo unicamente de História, designadamente de História Diplomática, porém fundamentalmente de História das Relações Internacionais – utilizando como disciplina essencial a História Diplomática –, uma vez que se foca nas relações de poder, bem como diplomáticas, entre Portugal e Castela perante a Colónia do Sacramento – nosso objeto de estudo. Para tal, utiliza-se o enquadramento teórico da Escola Francesa de Renouvin e Duroselle, através do estudo das *forças profundas* e a dinâmica entre as próprias no período de tempo considerado nesta análise. Desta forma, estão envolvidos neste estudo historiográfico, a Casa Real dos Bourbon e a Casa Real dos Habsburgo no século XVIII, como também as negociações diplomáticas europeias perante o objeto de estudo.

A dissertação parte, então, do princípio de que Colónia do Sacramento é, em 1680, o ponto de partida para a expansão dos portugueses na América do Sul, através do domínio da cidadela, a qual se posiciona junto à foz do Prata e na costa Sul atlântica. Não obstante, e mesmo considerando que Colónia do Sacramento foi a fronteira meridional do Brasil até 1750, a partir desta data ela transforma-se numa rara moeda de negociação com a Coroa Castelhana, visando triplicar o território português na América do Sul, o que originou um período conturbado de lutas entre Portugal e Castela, que apenas viria a terminar em 1777, com a assinatura do Tratado de Ildefonso.

**Palavras-chave:** Colónia do Sacramento; Brasil meridional; Foz do Prata; Portugal, Castela

## ABSTRACT

The object of study of this dissertation in the Master of International Relations is Colonia del Sacramento, analyzed under the point of view of the relations of power as well as the diplomatic relations between Portuguese Crown and Castilian Crown. In fact, Colonia del Sacramento is a citadel built in 1680 by the Portuguese, with the objective of defend Brazil and its South American frontiers from Castile. In the middle of eighteen century, the fortress becomes a precious coin of negotiating in the European treaties to expand the Portuguese territories in the Americas.

Focused on these main issues, the key research question of this dissertation is: What is the importance of Colonia del Sacramento for the Portuguese and Castilian Crowns along 1680 and 1777, in the sense to look for understanding the future of Colonia del Sacramento, whether by the way of arms, or if by diplomatic route?

This investigation does not appear, in this sense, as a study only of History, namely Diplomatic History, as well as History of International Relations – using as main discipline the Diplomatic History –, as it focuses on the power relations, as well as the diplomatic relations, between Portugal and Castile before Colonia del Sacramento – our study object. To achieve this, we use the theoretical approach given us by the French School of Renouvin and Duroselle, through the studies of *deep forces* and their dynamics, since 1680 until 1777. In this way, the Royal House of Bourbon and the Royal House of Habsburg appear to be involved, in the XVIII century, as well as the European negotiations between Portugal and Castile facing the object of study.

This dissertation is, in this sense, based on the principle that Colonia del Sacramento, in 1680, is the place for the beginning of the Portuguese expansion in South America, through the domination of the fortress, which is nearby to the mouth of the Prata and to the South Atlantic coast. However, and even considering that Colonia del Sacramento was the meridional frontier of Brazil until 1750, from now on it transforms itself into a rare coin of negotiation with the Royal Castile with the objective of triple the Portuguese territory in South America, which generated a troubled period of battles and wars between Portugal and Castile that only would come to an end in 1777, when it would be signed the Treaty of Ildefonso.

Keywords: Colonia del Sacramento, Brazil, Prata mouth, Portugal, Castile

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>1. A ESCOLA FRANCESA DE PIERRE RENOUVIN E JEAN-BAPTISTE DUROSELLE.....</b>	<b>10</b>
1.1. A importância da Escola Francesa de Pierre Renouvin e Jean Baptiste Duroselle nas Relações Internacionais.....	10
1.2. A importância da Escola Francesa de Pierre Renouvin e Jean Baptiste Duroselle para o estudo.....	13
<b>2. A COLÔNIA DO SACRAMENTO ENTRE AS COROAS PORTUGUESA E CASTELHANA DE 1680 A 1777.....</b>	<b>19</b>
2.1. A disputa das Coroas Portuguesa e Castelhana pela região platina..	19
2.2. Os objetivos de Portugal com a Colônia do Sacramento.....	25
2.3. A Colônia do Sacramento como objeto de negociação.....	29
<b>3. AS REAÇÕES DOS INDÍGENAS ÀS COLONIZAÇÕES DAS COROAS PORTUGUESA E CASTELHANA NA COLÔNIA DO SACRAMENTO E A DISPUTA PELA REGIÃO APÓS 1750.....</b>	<b>40</b>
3.1. As fronteiras temporárias nas regiões meridionais do Brasil após o Tratado de Madrid.....	40
3.2. A resistência dos indígenas perante o Tratado de Madrid.....	42
3.3. As Coroas Portuguesa e Castelhana na Colônia do Sacramento de 1761 a 1777.....	48
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>51</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>58</b>

## INTRODUÇÃO

Colónia do Sacramento foi uma cidadela fundada em 1680 pelos portugueses e “*situada na margem esquerda do rio da Prata, em frente de Buenos Aires, a qual foi durante muito tempo causa de discórdias entre o nosso país e Espanha*” (CORREIA et alli, 1989: 548), caracterizada, sobretudo, por se posicionar junto à entrada do rio da Prata – constituído pelos rios Iguaçu, Paraná e Uruguai, pertencentes ao território brasileiro (LIMA, 2010:424). Estando junto à costa Sul atlântica e na margem esquerda do rio da Prata, esta cidadela dispunha-se estrategicamente num local vantajoso para o comércio português pelo estuário do Prata e pelo Atlântico Sul. De facto, Colónia do Sacramento foi construída com a função primordial de servir de zona tampão que defendesse e demarcasse a fronteira meridional do Brasil, através das fronteiras naturais delineadas pelo contorno do Prata, mas também como entreposto comercial que permitisse o comércio entre a América do Sul portuguesa, a Europa e a África portuguesa. Por isso, logo no ano seguinte, a cidadela foi fortificada, transformando-se em forte. Afinal, os portugueses haviam-se justamente apercebido das vantagens geopolíticas de demarcarem, através deste forte, a fronteira Sul do Brasil.

Todavia, o que estava em causa, no século XVIII, era, não só o domínio da Colónia do Sacramento, como também o acesso à navegação pelo Rio da Prata e comércio. Na verdade, os colonizadores que dominassem a região das margens do Rio da Prata assegurariam, não apenas o comércio do interior, como também para lá do Atlântico Sul. Neste contexto, Colónia do Sacramento tornou-se um enclave e um lugar geoestratégico para as Coroas Portuguesa e Castelhana, tornando-se para Portugal um território de defesa de todo o Brasil colonial.

A instabilidade nas fronteiras do Brasil foi a grande marcha para a fundação do forte da Colónia do Sacramento, não só servindo de região periférica do Brasil, como também definindo as linhas imaginárias do futuro reino português.

Desta forma, a Coroa Portuguesa tinha a ambição de se apoderar do território demarcado como castelhano no antigo Tratado de Tordesilhas (1494), tornando-se um reino expansionista e com características bélicas de colonização. Assim, pretende-se, com esta dissertação de Mestrado, compreender quem teve, ou foi tendo, ao longo do período de tempo considerado para este estudo, a soberania sobre a Colónia do Sacramento, ou mesmo sobre a região meridional do Brasil, sendo certo que a escolha dos limites temporais para a realização desta investigação não é difícil de justificar. 1680 é o ano no qual Colónia do Sacramento é fundada como cidadela, sendo fortificada e passando a forte no ano seguinte; enquanto que 1777 é o ano

da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, que põe fim às discórdias entre Portugal e Castela em torno da Colónia do Sacramento.

Ademais, pode dizer-se ainda que esta dissertação de Mestrado pretende estudar e compreender a importância da Colónia do Sacramento, no contexto das relações europeias, de 1680 a 1771, das relações de poder e diplomáticas entre Portugal e Castela, como também a sua importância na América do Sul e na Europa, visando avaliar de que modo se foi delineando o destino de Colónia do Sacramento, se pela via das armas, se por via diplomática, se por via de ambas.

Vale lembrar que, na Academia portuguesa, existem alguns autores que abordaram o objeto de estudo da Colónia do Sacramento nos séculos XVII e XVIII do ponto de vista histórico, mas não do ponto de vista das Relações Internacionais ou, se o fizeram, deram-lhe outro enfoque. Assim, esta dissertação trará um contributo inovador.

Com efeito, na Universidade de Coimbra, foi elaborada uma excelente Tese de Doutoramento, na década de 70, por Luís Ferrand de Almeida, que se encontra na Biblioteca Universidade de Coimbra, abordando o objeto de estudo de forma inovadora e profunda, mas numa linha histórica contemporânea na época da guerra da sucessão em Castela no início do século XVIII. Mesmo no ISCSP, existe uma dissertação de Mestrado em Relações Internacionais que tem igualmente por objeto de estudo a Colónia do Sacramento, tratada sob o ponto de vista das relações que mantém com Sete Povos e orientada pelo Prof. Cat. Doutor José Adelino Maltez, porém demasiado antiga para constar das bases de dados da biblioteca da Escola e, mesmo, da Universidade de Lisboa, sendo certo que a maioria da bibliografia que dá conteúdo a este objeto de estudo é oriunda de Brasília e do Uruguai, salientando-se, por exemplo, Buarque de Holanda e Joel Serrão.

Neste âmbito, a pergunta de partida que se impõe para a nossa abordagem é: Qual a importância da Colónia do Sacramento para as relações de poder, bem como para as relações diplomáticas, entre as Coroas Portuguesa e Castelhana, entre 1680 e 1777, e como foi sendo definido o destino da mesma, se pela via das armas, ou se pela via diplomática?

Tendo como eixo esta pergunta de partida, vários objetivos se delineiam para esta investigação. Desde logo, o objetivo central passa por determinar o papel, em termos geoestratégicos, da Colónia do Sacramento, entre as Coroas Portuguesa e Castelhana, de 1680 a 1777. Naturalmente, para completar esse objetivo central, é necessário que um primeiro objetivo secundário identifique Colónia do Sacramento como uma cidadela fundada pelos portugueses num local estratégico, através das dinâmicas das relações de poder entre Portugal e Castela e respetivas estratégias geopolíticas. É evidente que se procura, ainda, como segundo



objetivo secundário, analisar como Colónia do Sacramento foi utilizada como ponto estratégico da expansão portuguesa para ir além dos limites traçados nos tratados para conquistar mais territórios a Sul. É ainda objetivo (3º) desta dissertação explicar e avaliar a abordagem socioeconómica da Colónia do Sacramento, com vista à compreensão da estrutura demográfica e do papel desempenhado pelas forças religiosas, bem como das revoltas indígenas contra a estrutura social na mesma erguida. Finalmente, é indispensável, como quarto objetivo secundário, analisar como se foram delimitando os destinos de Colónia do Sacramento, no período temporal considerado, se pela via das armas, ou se pela via diplomática, o que implica a compreensão das negociações diplomáticas em torno da Colónia do Sacramento.

Naturalmente, para se alcançarem os objetivos enunciados e dar resposta à pergunta de partida, essencial se torna recorrer a diversas outras disciplinas, até porque as Relações Internacionais, Mestrado no âmbito do qual esta dissertação está a ser feita, é um ramo do Saber, não apenas autónomo, como ainda interdisciplinar. Neste sentido, é necessário, seguramente, recorrer às obras clássicas da Escola Francesa, designadamente de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, assim como a disciplinas como a História Diplomática, a Geopolítica, a Estratégia e, provavelmente, a muitas outras, salientando-se que esta dissertação se encaixa, naturalmente, no âmbito da História das Relações Internacionais.

Considerando as especificidades, não apenas das relações de poder entre as Coroas portuguesa e castelhana em torno da Colónia do Sacramento, como ainda da própria historiografia das Relações Internacionais que nos é fornecida pela Escola Francesa, a metodologia de investigação científica adotada para esta dissertação baseia-se numa análise dedutiva, descritiva e analítica, de forma a compreender-se a capacidade explicativa das relações de poder e das relações diplomáticas entre Portugal e Castela, para justificar a importância da Colónia do Sacramento entre 1680 e 1777, assim como o destino da mesma ao longo desse período de tempo, à luz da Escola Francesa enquanto teoria das Relações Internacionais.

Ademais, trata-se de um estudo interdisciplinar de grande abrangência histórica no âmbito das Relações Internacionais. Neste sentido, dentre as distintas técnicas de recolha de dados, evidencia-se o recurso à consulta de livros, enciclopédias e artigos científicos, tratados exclusivamente no domínio qualitativo, todavia articulados e interligados por forma a permitir compreender a importância que a Colónia do Sacramento teve, entre 1680 e 1777, para as Coroas Portuguesa e Castelhana, e deduzir a forma que assumiu o seu destino. É desta forma que, nesta dissertação, apresentam-se conjugadas três dimensões de análise distintas em torno da problemática central, a saber a) as razões que levaram os portugueses a fundar Colónia do

Sacramento, b) a análise das relações de poder e das relações diplomáticas entre as Coroas Portuguesa e Castelhana em torno de Colónia do Sacramento e c) a introspeção relativamente às razões que terão conduzido ao destino de Colónia do Sacramento, se as mesmas se caracterizaram pela via das armas, transformando Colónia do Sacramento num autêntico campo de batalha, ou se pela via diplomática, através dos tratados assinados entre as potências europeias.

Frente ao exposto, esta dissertação estrutura-se em três capítulos, para além da introdução e da conclusão. Se na primeira se procede ao enquadramento geral do objeto de estudo, bem como ao foco central que se lhe pretende dar, referindo-se, ainda, a pergunta de partida, os objetivos, a metodologia de investigação científica e o quadro teórico da historiografia das Relações Internacionais fornecido pela Escola Francesa; na segunda chegam-se às conclusões e responde-se à pergunta de partida, alcançando-se, ou não, os objetivos traçados desde logo.

Neste sentido, no capítulo 1., identificamos o enquadramento teórico, revelando a importância da historiografia das Relações Internacionais através da Escola Francesa sob os pontos de vista de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle – escolha teórica esta que permite compreender a importância de conceitos como *forças profundas* e *forças de pressão*, estruturando a dissertação, cujo conteúdo se serve, particularmente, de forma bastante evidente, do conceito de *forças profundas*.

Já no capítulo 2., entramos na análise do objeto de estudo, a Colónia do Sacramento, sob a visão teórica acima mencionada, visando apreender especialmente as relações de poder entre as Coroas Portuguesa e Castelhana sobre o mesmo, suas disputas em função disso mesmo, na região platina, focando-nos nos objetivos de Portugal sobre o forte criado e, depois, na transformação deste em moeda de troca nas negociações diplomáticas entre Portugal e Castela. Assim se trespassa da avaliação de Colónia do Sacramento, de objeto das relações de poder entre Portugal e Castela, para a avaliação da mesma enquanto objeto de negociações diplomáticas no seio dos tratados firmados entre as potências europeias.

No 3º e último capítulo, abordam-se as reações dos indígenas às colonizações portuguesa e castelhana sobre Colónia do Sacramento e a disputa pelo forte após 1750. Afinal, depois do Tratado de Madrid, as fronteiras meridionais do Brasil estabeleceram-se temporariamente, ao mesmo tempo que houve grande resistência dos indígenas a esse tratado, pelo que Portugal e Castela tiveram de chegar a uma situação definitiva sobre Colónia do Sacramento em 1777, com a assinatura do Tratado de Ildefonso.

## **1. A ESCOLA FRANCESA DE PIERRE RENOUVIN E JEAN-BAPTISTE DUROSELLE**

### **1.1. A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA FRANCESA DE PIERRE RENOUVIN E JEAN BAPTISTE DUROSELLE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

O presente capítulo revela a importância da historiografia nas Relações Internacionais, sob o ponto de vista de Pierre Renouvin, o fundador da História das Relações Internacionais. O autor demonstrou a importância da História como disciplina para o estudo das relações entre os Estados, já que nas suas múltiplas e inovadoras obras analisou, para além dos fatores sociológicos na política, demonstrando a importância da ação do homem no Estado e as suas consequências no mesmo, juntamente com Jean-Baptiste Duroselle (1964), as causas dos tratados, a história dos fenómenos políticos e as denominadas *forças profundas*.

As *forças profundas*, segundo Renouvin e Duroselle (1964), são as condições e fatores que influenciam o estadista a tomar as suas decisões nas relações internacionais. Estas são formadas pelas condições geográficas de um Estado, movimentos demográficos, os interesses económicos e financeiros e as características da mentalidade coletiva, marcando a natureza das relações entre os grupos humanos. As *forças profundas* nas relações internacionais têm lugar nas transformações económicas, nos grandes movimentos demográficos e afirmam-se nas formas de sentimento nacional e nas ações do estadista.

Refere Renouvin (1953 c: 13), em *Histoire des Relations Internationales*, na qual a voz do narrador se centra nas Monarquias Europeias do século XVIII e no ambiente imperialista europeu, que

*“L’instrument par excellence de la politique de Louis XIV – politique de force, politique de prestige ou de magnificence, de quelque nom qu’on veuille l’appeler, l’armée. Car la France ne manifeste décidément pas cette vocation maritime qui va faire la grandeur de ses voisins d’outre – Manche”.*

A abordagem de Renouvin (1953 c) descreve os conflitos dos Estados europeus na época imperialista, quando os domínios de territórios terrestre e marítimo eram sinónimos de poder, tendo a obra (1953 c) sido escrita numa perspetiva francesa da política externa dos Estados. Afinal, durante a época histórica da obra, os Impérios travavam conflitos e tensões, sendo as grandes rivalidades europeias do século XVIII atribuídas aos Impérios Francês e Inglês, sendo certo que a Europa sofria tensões nas fronteiras dos seus Estados por causa da política de expansão e da disputa dos direitos comerciais (1953 c).

Através da obra de Renouvin, reinterpreta-se a História das Relações Internacionais, nascendo assim uma Escola Francesa no âmbito das Relações Internacionais. Esta historiografia vê-se consolidada por quatro autores em *Histoire des Relations Internationales*, sendo o primeiro volume escrito por François-L. Ganshof e direcionado por Renouvin, fixando desta forma as regras do jogo dos seguintes. Na verdade, nesta obra inovadora de Renouvin, o autor estuda a relação entre os povos a partir dos problemas próprios das relações internacionais. Os primeiros autores a construírem esta obra foram François-L. Ganshof, Gaston Zeller, André Fugier e Pierre Renouvin, os quais escrevem sobre concepções, instituições e temperamentos, procurando encontrar como objetivo central a origem dos problemas e atritos da história internacional (SARAIVA, 2001: 23).

Mais tarde, a obra de Renouvin e Duroselle (1964: 2) desenvolve o conceito de *forças profundas* para encontrar as causas dos fenómenos internacionais e sociais dos Estados e, para tal, a Escola Francesa de Renouvin inspira-se na Escola dos Annales do século XX, estudando a disciplina das Relações Internacionais de forma positivista. Conforme Burke (1992:18), a Escola dos Annales de 1929 a 1989 teve dois líderes fundamentais, Lucien Febvre e Marc Bloch, os quais interpretam a Historiografia das Relações Internacionais através da introdução geográfica e histórico-sociológica, inspirando Renouvin e Duroselle.

Desta forma, *Introduction à l'Histoire des Relations Internationales*, dos autores (1964), revela a importância dos fatores geográficos e demográficos na problemática da geopolítica e das relações internacionais entre os Estados, já que Renouvin e Duroselle (1964: 2) desenvolvem uma visão histórica sobre os acontecimentos políticos, interpretando a realidade através dos atores que compõem o sistema internacional, colocando o Estado como ator central e principal nesse sistema, mas dando uma importantíssima *força* à própria história das civilizações. Assim se confere grande importância às *forças profundas*, fortemente inspirada pelas ideias de Raymond Aron, outro membro de relevo da Escola Francesa.

Aron apresenta competências de análise económica, sociológica, filosófica e geopolítica, tornando-se bastante destacado e reconhecido no Instituto de Estudos em Paris em

1963. Tornando-se num dos teóricos das Relações Internacionais inspirado fortemente por Max Weber e Clausewitz, Aron insiste, conforme Duroselle (1962), na análise dos modelos de paz e guerra entre os Estados a partir do início do século XX.

Duroselle (2013), por sua parte, reinterpreta *Histoire des Relations Internationales* e as causas que fazem atuar os homens de Estado e os seus cálculos estratégicos no século XX. Por fim, vale destacar que estes autores estudam as relações entre a guerra e a paz, como também a comunicação entre os *homens de Estado*.

A primeira edição de *Histoire des Relations Internationales* de Renouvin surgiu em 1953 e foi desenvolvida até 1958, inspirando-se nas características historiográficas da Escola dos Annales. Nela, Renouvin (1953 c) apresenta uma abordagem racionalista e objetiva da *longue durée* da Escola Francesa, descrevendo as guerras europeias causadas devido às disputas territoriais e hegemónicas durante o século XVIII, ao mesmo tempo que aborda a necessidade da política de expansão dos Estados ao longo do tempo. Afinal, e conforme Renouvin (1990: 964),

*“La política de expansión territorial responde también a los intereses y las necesidades del mundo rural. Como consecuencia del rápido crecimiento demográfico, la oferta de mano de obra agrícola excede en mucho a los recursos de tierras cultivables; la superpoblación se hace agobiante, desde el momento en que la industria no puede ya absorber este excedente y que ella misma vuelca hacia el campo parte de sus parados. Así, pues, el medio rural tiene oportunidad de asociarse a la política de expansión territorial, puesto que las nuevas posibilidades de la industria aportarán un remedio parcial a las dificultades campesinas. Incluso puede encontrar en ella una ventaja inmediata, en la medida en que estos nuevos territorios puedan atraer un movimiento emigratorio que disminuya la presión demográfica”.*

## 1.2 A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA FRANCESA DE PIERRE RENOUVIN E JEAN-BAPTISTE DUROSELLE PARA O ESTUDO

Esta dissertação dá importância às mudanças que, ao longo do tempo, se desencadearam na Europa, às fronteiras dos Estados que se alteraram, às alianças que se acordaram, bem como às guerras que se travaram cronologicamente na Europa, influenciando as colônias portuguesas na América do Sul até ao século XIX. Assim, poder-se-á dizer que todas as características das atuais fronteiras da Colónia do Sacramento, tal como a sua geografia, foram influenciadas pela Historiografia das Relações Internacionais.

É neste âmbito que ganha relevo a Escola Francesa e, em particular, a obra de Renouvin (1953 c) e a obra de Duroselle e Renouvin (1964), estando na obra de Renouvin (1953 c) a perspetiva histórica e, na obra de Duroselle e Renouvin (1964), a abordagem teórica das Relações Internacionais.

Posto isto, é importante, para dar resposta à pergunta de partida e alcançar os objetivos traçados, obter os dados históricos das *forças de pressão* que alimentaram as guerras e os tratados de paz entre 1680 e 1777 entre os Estados europeus que afetaram a Colónia do Sacramento. Note-se, a propósito, que as *forças de pressão* são os fatores desconhecidos nas sociedades, que as levam a tomar determinadas atitudes em relação a um problema político ou do Estado. Um exemplo de uma *força de pressão* poderá ser uma revolta ou uma guerra (DUROSELLE, 1992).

No século XVIII, a expansão dos Estados europeus provocou a colonização de locais estratégicos e periféricos aos próprios Estados, os quais eram, no entanto, aqueles administrados e mais explorados pelas metrópoles. Nesta dissertação, Colónia do Sacramento surge tratada como uma região periférica ao Estado português, uma vez que foi, a partir de 1680, que os comerciantes portugueses exigiram a fortificação deste território, para assegurar o domínio do comércio na América do Sul, de enorme importância geoestratégica nesta região, chamando por isso a atenção dos castelhanos no âmbito do Tratado de Tordesilhas. Renouvin refere (1990: 1216), aliás, que

*“En el fondo, la actitud de estos pequeños países, que se han limitado a seguir los acontecimientos, no ha tenido ninguna influencia en el desarrollo del conflicto mundial. Se trata solamente de episodios curiosos, algunas veces conmovedores, pero puramente secundarios”.*

As *forças profundas*, nesta investigação, surgem deste modo como sendo as *forças geográficas*, que sustentaram as guerras e as alianças, como também as *forças causais* dos fenómenos políticos que surgiram no século XVIII em torno da Colónia do Sacramento. Por isso se confere importância a diversas variáveis que Renouvin (1990: 1272) enumera

*“La política exterior está ligada a toda la vida de los pueblos, a todas las condiciones materiales y espirituales de esa vida, al mismo tiempo que a la acción personal de los gobernantes. Al investigar las causas, que es el objetivo esencial de la labor histórica, el mayor error sería, precisamente, aislar uno de estos factores y otorgarle primacía, o incluso querer establecer entre ellos una jerarquía cualquiera. Las fuerzas económicas y demográficas, las corrientes de la psicología colectiva y del sentimiento nacional, así como las iniciativas gubernamentales, se completan y funden; su influencia respectiva varía, según las épocas y según los países. La investigación histórica debe tratar de determinar el valor de esta influencia. También ofrece, con ello, oportunidad para las necesarias reflexiones; pero no pretende facilitar recetas ni, mucho menos, dar lecciones”.*

A investigação aborda, ainda, sob as lentes da Escola Francesa, a relevância das fronteiras de um Estado e do seu acesso às mesmas, não só para manter o território seguro, como também para identificar o reinado que ali permanece e tem direito sobre ele – razão pela qual o conceito de fronteira é igualmente tratado nesta dissertação. Efetivamente, *“la frontière, lorsqu’elle est tracée dans une région dont l’accès est difficile est plus aisée à surveiller ou à défendre...”*, já que o posicionamento estratégico da região colonizada é afetado pelo lugar geográfico que ocupa no mundo, de modo que, *“le Rôle que peut jouer l’état dans les relations internationales est largement affecté par la place qu’il occupe sur la carte du monde”* (RENOUVIN & DUROSELLE, 1991: 15).

Neste sentido, é importante ter em conta, desde logo, que o território colonizado é sempre afetado pelas decisões do Estado, como também pelas suas intenções estratégicas, enquanto que o Estado depende também do pensamento coletivo e das *forças profundas* e que a política económica do Estado está inteiramente ligada à perspetiva sociológica do mesmo, ao mesmo tempo que as sociedades influenciam o próprio Estado (RENOUVIN & DUROSELLE, 1991).

Assim, poderemos dizer que os contatos comerciais dos europeus com os povos colonizados influenciaram, não apenas os povos colonizados, como também os colonizadores. As relações entre os europeus e os povos colonizados, no século XVIII, provocaram uma troca de conhecimentos entre o Estado colonizador e as civilizações. Historicamente, Portugal, na época, estava ao lado de Inglaterra, com uma forte vocação marítima, controlando desta forma a sua posição geográfica no mundo. Pierre Renouvin (1953 c :87) refere, a este respeito, que

*“Ce privilège – l’asiento noir – est depuis longtemps l’objet d’une compétition serrée entre nations maritimes. Les portugais l’avaient conservé de 1601 à 1640, jusqu’au moment où ils avaient reconquis leur indépendance”.*

Geograficamente, a posição que Portugal ocupava no mundo passava pelo controlo de arquipélagos e oceanos, produzindo o seu desenvolvimento económico até ao século XVIII. O acesso aos mares e oceanos definiam geopoliticamente Portugal e Inglaterra, devido às suas posições geográficas junto ao litoral, permitindo-lhes ter mais vantagens comerciais marítimas relativamente a outros países europeus. A este propósito, Renouvin e Duroselle (1991: 15) relembram que,

*“L’accès à la mer est évidemment l’une de ces positions favorables. Le territoire qui a une façade littorale possède des avantages au point de vue commercial : la mer offre des facilités de circulation à bon marché, tandis que la construction des voies de communications terrestres est onéreuse ; elle assure, en dépit des risques de navigation, une sécurité plus grande*



*dans les relations avec l'extérieur, parce qu'il est plus facile sur mer que sur terre d'échapper à un ennemi qui voudrait interdire le passage“.*

As afirmações de Renouvin e Duroselle (1991 :16) demonstram as características de um Estado que quer dominar, por via marítima, o território, estrategicamente, quando afirmam que *“d'autre part, l'ampleur du développement côtier a été, souvent, un facteur de puissance pour les États, à condition pourtant que la population ait une « vocation maritime“.* Assim sendo, é importante salientar que *“le «contrôle» qu'une position géographique permet d'exercer sur les grandes voies de passage, terrestres ou maritimes, est un autre aspect majeur de ces problèmes“* (RENOUVIN & DUROSELLE, 1991 : 17). Ademais, *“l'importance que présentent certaines zones de circulation terrestre est un des thèmes auxquels s'attachent volontiers les études de géographie politique ».*

Naturalmente, a Escola Francesa de Renouvin e Duroselle é fundamental para esta dissertação do ponto de vista da relevância dos estudos geográficos em torno da Colónia do Sacramento, visando a compreensão das relações de poder e das relações diplomáticas entre Portugal e Castela pela disputa da Colónia do Sacramento, para que se possa interpretar a importância deste pequeno território, entre 1680 e 1777, para as duas Coroas. É ainda essencial para a perceção das forças das alianças entre Castela e França, como também de Portugal e Inglaterra, fazendo assim uma ligação entre os Estados e as suas influências na Colónia do Sacramento. Vale lembrar, neste âmbito, que a Escola Francesa permite que esta dissertação decifre a importância das guerras entre ingleses e franceses no século XVIII, as quais definiram as fronteiras europeias e sul-americanas até aos dias de hoje, o que significa que as fronteiras da Colónia do Sacramento também foram afetadas pelas *forças de pressão* e pelas *forças causais* originadas por estas guerras. Ademais, é igualmente relevante a guerra da sucessão castelhana e a aliança de Castela à Casa dos Bourbon e, de outra parte, a aliança de Portugal à Casa de Habsburgo, para a definição de fronteiras em todo mundo, no século XVIII (RENOUVIN, 1953 c).

Neste âmbito, a teoria das Relações Internacionais desenvolvida por Renouvin e Duroselle (1964) admite a compreensão das extensas linhas de tempo, da forma *narrativa* e *cronológica* das historiografias que vão mais além das conhecidas histórias diplomáticas. A teoria possibilita-nos, ainda, compreender a importância das características das civilizações, para explicar e avaliar as relações entre os diversos Estados. Patrício (2007: 37) explica estas relações entre os Estados e as sociedades, quando alvitra que

*“Assim as relações entre os Estados deixam de ser o centro de estudo, para passar a ser o historiador das relações entre os povos, que pode ser feita através do estudo das sociedades humanas nas suas ligações com o meio geográfico, as condições da vida material, as estruturas económicas e suas alterações, de características das civilizações”.*

É bem verdade que Renouvin (1953 c) vai além de documentos oficiais para escrever a sua historiografia, utilizando conceitos mais amplos, explorando fatores políticos, económicos, sociais, culturais, religiosos e étnicos, conferindo importância, no século XVIII, ao colonialismo das potências europeias em causa, ao mercantilismo europeu, às relações entre os Estados de forma profunda e às dinâmicas internacionais. Simultaneamente, a historiografia de Renouvin (1953 c) reflete o século XVIII e o ambiente de competição entre impérios europeus, focando-se em Castela, Inglaterra, França e nas suas alianças. Mas sobretudo, na onipotência do Rei Luís XIV e na visão francesa da política externa dos Estados. Portugal, por sua parte, é influenciado, no século XVIII, por estas alianças europeias e pelas *forças de pressão*, estando ao lado de Inglaterra durante as guerras sucedidas. Renouvin (1953 c :88) afirma, sobre a aliança luso-britânica, que *“les traités Methuen» achèvent de faire du Portugal un État satellite d’Angleterre »*. Com efeito, torna-se extremamente visível a submissão de Portugal a Inglaterra, com Portugal a assumir posicionamentos de política externa favoráveis às causas inglesas durante o século XVIII, permitindo assegurar a sua segurança e defesa, perante os ataques castelhanos (RENOUVIN, 1953 c). Neste ambiente europeu conturbado, é natural que surjam questões que adensem a importância da Escola Francesa para esta investigação, como qual a importância das relações pacíficas de Portugal com Castela?, ou qual a importância das ligações destes Estados europeus e suas alianças?

Renouvin (1953 c) busca responder a estas questões procurando encontrar a *psicologia coletiva* da época, descrevendo os tempos contemporâneos do imperialismo na Europa e as suas repercussões nas colónias. Neste âmbito, descreve a França no século XVIII, como um Estado hegemónico, religioso e com um sentimento nacional forte, não se esquecendo da magnificência de Luís XIV, tendo o rei a intenção de despertar a boa reputação e glória perante os restantes Estados europeus. Lembra ainda que a França esteve também em guerra contra Castela no século XVII, a qual acabou, em 1648, com a Paz de Vestefália, que estabeleceu um novo

equilíbrio de poderes na Europa, transformando a França no Estado mais poderoso da Europa no século XVIII.

Posto isto, “*l’histoire extérieure de la France sous Louis XIV est pour l’essentiel celle d’une série de guerres. Les années de paix sont l’exception. La première de ces guerres, la plus courte, est dirigée contre l’adversaire traditionnel de la France, contre l’Espagne (...)*”, (RENOUVIN, 1953 c: 15), sendo certo que, conforme Canas Mendes (2017:15), “os tratadistas e estudiosos do tema não dispensam a dimensão temporal no relacionamento entre os atores da cena internacional e muito particularmente daqueles em que a História dos Tratados e a História Diplomática se focalizaram: os Estados”. Isto significa que a Escola Francesa de Relações Internacionais direciona os estudiosos para a importância individual do estadista e das ações dos homens, que transformam as relações entre os Estados.

A utilidade da Escola Francesa de Relações Internacionais para esta dissertação é, evidentemente, basilar, tendo em conta o acima exposto, para compreender a conexão lógica entre o *tempo* ou *épocas* dos séculos estudados e os territórios explorados por Portugal e Castela na América do Sul. Ora, sendo a Colônia do Sacramento um território que foi objeto de negociações diplomáticas e de relações de poder na Europa e, por transposição, na América do Sul, entre 1680 e 1777, imprescindível se torna recorrer a uma abordagem que estude os fenômenos que provocaram essas mesmas negociações e relações de poder, bem como as respectivas repercussões, na América do Sul, no mesmo período. Desta forma, resulta importante, igualmente, o estudo das relações entre as *forças profundas* entre elas mesmas. Mas sobretudo, apreender as causas das disputas e dos tratados, originados pela colonização portuguesa na Colônia do Sacramento.

## **2. A COLÓNIA DO SACRAMENTO ENTRE AS COROAS PORTUGUESA E CASTELHANA DE 1680 A 1777**

### **2.1. A DISPUTA ENTRE AS COROAS PORTUGUESA E CASTELHANA PELA REGIÃO PLATINA**

No século XV, Portugal começa a expandir-se para lá da divisória do Tratado de Tordesilhas de 1494. Cervo e Bueno (2013: 55) referem que o Tratado de Tordesilhas *“foi um acordo meramente formal, pois ninguém sabia o que dava nem o que recebia”*. Neste tratado, o Papa Alexandre VI acorda com as Coroas Portuguesa e Castelhana a demarcação do meridiano que dividia o mapa-mundo em duas partes, uma delas situada a 370 léguas a Oeste de Cabo Verde que pertencia a Portugal, a restante parte a Oeste, que pertencia à Coroa Castelhana.

Não obstante a existência desse tratado, Portugal destaca, em 1501 e 1502, Américo Vespúcio para explorar o rio da Prata, tendo também destacado, em 1531, Pero Lopes de Sousa para navegar pelas águas do mesmo rio. De facto, *“foram enviados os irmãos Martim Afonso de Sousa e Pero Lopes de Sousa, em 1531, para terminar com a presença dos corsários franceses, ocupar o litoral com colonos e descobrir o Rio da Prata (onde os Espanhóis já tinham chegado)”* (LARA, 2014: 99).

Por outro lado, Cortesão (1981: 1001) afirma que *“de seu lado os Espanhóis, por motivos semelhantes, procuraram situar o meridiano de Tordesilhas de forma a reduzir o mais possível o hemisfério de soberania portuguesa, quer na América do Sul, quer no Extremo-Oriente”*, começando o Tratado de Tordesilhas a ser desrespeitado por ambas as partes.

A primeira problemática inicia-se, conforme Soares de Oliveira (1994: 181), quando,

*“ainda no início do século XVI, Fernando de Aragão enviara Solís ao Rio da Prata, para ocupar os territórios que, nos termos do Tratado de Tordesilhas, cabiam à Coroa de Castela, desde que descobertos. A partir dessa época, os portugueses passaram a ter os espanhóis como vizinhos a Sul e a Leste do Brasil”*.

Os primeiros grandes rios a serem explorados na América do Sul pelos portugueses foram os do interior do Brasil, como o rio São Francisco, o Paraná e o Uruguai, que desenharam o Brasil central e só posteriormente exploraram os rios do litoral, como o rio da Prata, cheios de riquezas e minérios. Porém, Portugal, no século XVI, após chegar ao Brasil, começa a desrespeitar com frequência a demarcação de Tordesilhas por terra e mar. Na verdade, ainda no século XVI, o geógrafo alemão Martin Wadseemuller denominou o Brasil de *América*, num mapa-mundo de 1507 e, mais tarde, todo o continente ficaria a ser conhecido por este nome. Portugal fazia jus a essa designação, já que, estrategicamente, desbravava e dilatava o território brasileiro, criando, para este fim, na cidade de São Paulo, o bandeirismo – nascido em 1580, duraria até 1730, tendo como principal objetivo explorar o negócio económico local através das bandeiras e do domínio de território para o interior. Efetivamente, *“outra precisão clássica, no âmbito da colonização do Brasil é a que distinguem as Entradas das Bandeiras. Ambas são expedições de exploração e povoamento no sentido Leste para Oeste, com vista ao desbravamento do interland brasileiro. Mas, enquanto as Entradas, que ocorrem sobretudo no século XVI, são missões de pendor oficial que ocupam todas as regiões brasileiras (a de Pero Teixeira alcança a Amazónia e a de Caldeira Castelo-Branco, funda Belém do Pará, as Bandeiras são mais especificamente paulistas e ocorrem, sobretudo, durante o ciclo do Ouro e das Pedras Preciosas, em direção a Minas Gerais, Matogrosso e Goiás”* (LARA, 2014: 103).

Outra estratégia que Portugal utilizava para explorar e organizar o território brasileiro desde 1534 era o sistema de capitanias hereditárias, que fracionava a terra e dividia o território brasileiro. Sousa Lara (2014: 99) refere, a respeito, que *“tratava-se de reproduzir o sistema feudal. As faixas do novo território com cerca de 50 léguas de costa e sem limite para Oeste, seriam concedidas hereditariamente a um Capitão-donatário que as podia retalhar em sesmarias.”* Ainda assim, os holandeses apenas saíram do Brasil em 1654, quando capitularam frente às investidas portuguesas. Com efeito, *“os holandeses só são expulsos durante o governo de António Telles da Silva, nas famosas batalhas de Guararapes; onde se distinguem André Vidal de Negreiros e os (...) Filipe Camarão e Henrique Dias, negro de Angola (1648 e 1649). Em 1654, os holandeses capitulam, não sem que Portugal tivesse que pagar uma fabulosa indemnização, em prestações, durante 16 anos”* (LARA, 2014: 102).

A Coroa Castelhana, no século XVI, por seu lado, explorava a América do Sul através de sistemas de organização rigorosos. Nesse sistema, os colonizadores castelhanos descobriam nesta época os tesouros do Peru e exploravam as terras peruanas em busca de materiais preciosos, dominando desta forma o rio da Prata (CORTESÃO, 1981: 1130).

Contudo, a verdade é que Portugal salientava-se em termos de colonização e, *“como nervuras poderosas, os bandeirantes vão descobrindo os grandes rios internos – o São Francisco, o Tocantins, o Araguaia, o Paraná, o Paraguai e o Uruguai – rios que desenharam um Brasil central, muito diferente do Brasil litorâneo, sendo ademais carreadores de prodigiosa riqueza”* (MONIZ BANDEIRA, 2012: 25).

De facto, presenciava-se, neste momento, a uma expansão das colónias portuguesas além-mar através da colonização e do mercantilismo em função, sobretudo, das *forças profundas*. A vocação marítima do Império Português alargava-se do Norte de África até à Índia, ainda que a exploração do antigo Brasil se tivesse tornado um objetivo dispendioso, dando lucro só no século XVIII. Efetivamente, Portugal estava centrado no primeiro Império, Índia, como também em dominar o comércio de África, sendo a colonização brasileira, em termos económicos, usualmente dividida em ciclos. Assim, o ciclo do pau-Brasil, o primeiro, durou de 1500 a 1550, sendo seguido pelo ciclo do açúcar (1550 a 1650), ao qual se seguiu o terceiro ciclo, o do ouro (e pedras preciosas), de 1650 a 1700. O quarto e último ciclo, o do café, durou de 1700 a 1822 (LARA, 2014: 102), quando o Brasil declarou a independência.

Vale lembrar que, entre 1580 e 1640, as Coroas Portuguesa e Castelhana estiveram unidas sob o mesmo rei; conquanto é relevante salientar que *“a união das coroas portuguesa e espanhola, operada em 1580 ou em 1581, não pôs em causa, do ponto vista jurídico-político, a independência interna de Portugal”* (MARTINEZ, 1986: 121). Na realidade, ao longo de todo este período, a Coroa Castelhana era expansionista, para além de terem ambas o objetivo em comum de alcançar o *mito do ouro*. *“A busca do Eldorado, que então nomes como o Peru e Potosí simbolizavam, levou-os, assim, a iniciarem o avanço pela hinterlândia da América do Sul, rompendo a linha de demarcação que o Tratado de Tordesilhas estabelecera”* (MONIZ BANDEIRA, 2012: 37). E, efetivamente, *“é sabido que, durante a época filipina, existiu um intenso comércio, entre o Rio da Prata e os portos do Brasil, Portugal e África portuguesa (...). Graças a essa corrente comercial, o Brasil recebeu grandes quantidades de Prata do Peru, que somadas ao extraordinário desenvolvimento da indústria açucareira, estão na base de um período de euforia económica até cerca de 1630”* (SERRÃO, 1984: 406).

Contudo, o contexto de domínio de Portugal sobre o Brasil altera-se, visto que, em 1640, D. João IV é aclamado Rei de Portugal e fundador da Dinastia de Bragança, tendo o desafio principal de demonstrar aos restantes Estados Europeus que a Coroa Portuguesa iria definir as suas coordenadas diplomáticas após a Restauração. Soares Martinez (1986: 141) salienta, a este propósito, que,

*“Em face das apreensões suscitadas, Portugal obteve um grande sucesso imediato – a adesão ao movimento restaurador das Praças do Ultramar, com exceção de Ceuta. Sem essa adesão, a tentativa de estabelecimento no trono da dinastia de Bragança teria logo abortado. A referida adesão revela também as razões profundas do movimento restaurador, o seu fundamento realmente nacional”.*

Não obstante, esta ordem e soberania da Coroa Portuguesa, perante os outros Estados, apenas é alcançada na Paz de Westfália em 1648, quando é reconhecida à Coroa Portuguesa a capacidade de fazer parte das forças de equilíbrio do sistema europeu da época. E era preocupado com a ordem do sistema europeu e a reestruturação interna que Portugal se encontrava, contando para tal com o auxílio de Inglaterra para a sua sustentabilidade. Em troca, Portugal dava-lhe especiarias, prata e outros produtos de cultivo das suas colónias da América do Sul e Índia. Moniz Bandeira (2012: 56) chega a considerar, mesmo, que *“em troca de apoio político e proteção militar, Portugal concedera à Inglaterra privilégios econômicos e favores comerciais, que o reduziram à condição de vassalo e de testa de ferro na exploração dos negócios coloniais”*, o que atesta a existência de *forças de pressão* na ação de Portugal.

A Coroa Castelhana, por outro lado, encontrava-se fragilizada após o Tratado de Westfália, em virtude de ter ficado isolada no contexto político europeu e ainda obrigada a submeter-se às condições de paz da França. Isto significa que, se Portugal foi, frente a Castela, o grande vencedor, Castela foi a grande perdedora. Efetivamente, geopoliticamente, Portugal trilhava uma nova estratégia de recuperação económica na costa Sul atlântica, com o apoio de Inglaterra, ao mesmo tempo que os objetivos portugueses na América do Sul seriam dominar e explorar o rio da Prata desde a sua foz, localizada no Atlântico Sul, até à sua extensa bacia hidrográfica. Afinal, o rio da Prata é de grande importância, sobretudo em função do acesso ao estuário superior dos rios Paraná, Uruguai e Paraguai, tendo estes rios as terras mais ricas e férteis da região (MONIZ BANDEIRA, 2012: 77), sendo certo que a Bacia do rio da Prata abrange atualmente a Argentina, o Brasil, o Paraguai, a Bolívia e o Uruguai. O rio desagua no Atlântico Sul, no qual os navios podem fazer os seus trajetos pelo interior da América do Sul (pois tais rios são bastante caudalosos) e simultaneamente para outros continentes, sendo certo que as maiores margens do rio da Prata se concentram no Uruguai e na Argentina.

Evidentemente, as expedições à região do Prata eram feitas muitas vezes por interesses de comércio, pela procura de índios para trabalharem nos engenhos de açúcar, jazidas de prata e ouro e por implicações geopolíticas (MONIZ BANDEIRA, 2012: 53). Perante este contexto geográfico e histórico da época, a Coroa Portuguesa pretendia estrategicamente estender a sua colonização no Atlântico Sul, procurar climas mais favoráveis à fixação de populações de origem europeia, incorporar a foz do Prata ao Brasil colonial, ter acesso às suas planícies férteis e, simultaneamente, construir na região uma base de comércio – objetivos estes, *forças profundas*, que provocaram rivalidades e disputas entre Portugal e Castela neste território. Afinal, Portugal pretendia dominar a foz do rio da Prata para navegar pelo rio sem restrições, mas queria conjuntamente retirar o domínio comercial castelhano da zona Oeste do Prata para manter as fronteiras do Brasil seguras.

Na luta pelo domínio deste grande rio, nasceu a Colónia do Sacramento, fundada pelos portugueses em 1680, ainda antes de Westfália – visando servir de zona tampão entre o Sul do Brasil e a Argentina –, vindo a ser alvo de disputas entre as Coroas Portuguesa e Castelhana até, pelo menos, 1777. Bethell (1990 b: 146) refere, a este propósito, que

*“En 1680, los portugueses habían fundado la Colonia do Sacramento en la margen oriental del Río de la Plata como lugar de depósito para el comercio de contrabando con Buenos Aires, que por entonces se estaba convirtiendo en uno de los principales puertos de Hispanoamérica”.*

De facto, Portugal necessitava de um ponto geoestratégico para dominar e expandir os seus circuitos comerciais na América do Sul e, simultaneamente, preservar as fronteiras meridionais do Brasil – Colónia do Sacramento, uma vez que a cidadela estava perto da ilha portuguesa de São Gabriel e numa posição meridional favorável aos trânsitos comerciais marítimos. Portugal ainda aproveitou o facto de Castela negligenciar o território meridional na América do Sul para o explorar e fortificar. Graças à posição geográfica e geoestratégica de Colónia do Sacramento, já analisada, a estratégia dos portugueses era fundamentalmente ter acesso ao estuário do rio da Prata e ao porto de Buenos Aires, até porque este, geograficamente, estava junto ao Prata, localizando-se na margem oposta à da Colónia do Sacramento e tendo como função comercial a de negociar a prata com os comerciantes portugueses vinda do Vice-Reinado do Perú, produzindo assim o contrabando. *“D. Pedro resolveu então fundar uma base*



*permanente perto de Buenos Aires, tanto mais que outros motivos de peso, além dos indicados, atuavam no mesmo sentido. Desde os primeiros tempos, navegadores diversos informadores faziam referência à fertilidade das terras que se estendiam de São Vicente ao Rio da Prata, quase sem povoadores europeus” (SERRÃO, 1984: 407).*

Por outro lado, a Colónia do Sacramento era um espaço exclusivamente militar e sem órgãos de governo civil (MONTEIRO & CARDIM, 2013: 8), ainda que a cidadela fosse vista pelos comerciantes portugueses como um ponto estratégico de vanguarda comercial que se poderia estender até ao Peru. Do ponto de vista geopolítico, os únicos problemas da Colónia do Sacramento eram os impactos geológicos para a cidadela, pois o rio desenhava-a na costa, tornando-a alvo fácil de ataques inimigos (CRUZ, 2015: 63).

Na verdade, mais que um alvo a ser conquistado por Castela, Colónia do Sacramento era inicialmente um local estratégico de mercado e contrabando de metais preciosos entre portugueses e castelhanos. As mercadorias desembarcavam nos portos de Buenos Aires e de Colónia do Sacramento, tendo ambos muitas vezes funções e objetivos similares, designadamente as de receber a prata importada do Peru para a exportar posteriormente pelo Atlântico Sul até à Europa. Por esta razão, existia uma correlação direta entre o fornecimento de prata às elites europeias e a carência deste bem por parte destas elites, ao mesmo tempo que a prata era uma necessidade para os comerciantes portugueses, já que era utilizada como moeda de troca por Portugal no comércio asiático e com a Índia (MONTEIRO & CARDIM, 2013: 12), constituindo, desta forma, *forças de pressão*. Também a Igreja utilizava fartamente este metal precioso, transformando a Colónia do Sacramento, no século XVIII, no centro da área política e comercial da América do Sul. Deste modo, e devido ao fornecimento deste metal precioso do Prata, a Colónia do Sacramento tornou-se um território central na estratégia económica europeia ao longo do século XVIII, deixando para trás o lugar periférico que ocupava em 1680 (MONTEIRO & CARDIM, 2013: 15). Estrategicamente, Colónia do Sacramento tinha como função ser a grande guardiã comercial de Portugal na Bacia do Prata, perante a definição de fronteiras entre as Coroas Portuguesa e Castelhana na América do Sul após 1640. Afinal, Colónia do Sacramento tinha também o objetivo de apelar às necessidades dos comerciantes do Rio de Janeiro que, na época da Restauração de Portugal, haviam perdido influência nos circuitos comerciais de Castela na América do Sul.

## 2.2. OS OBJETIVOS DE PORTUGAL COM A COLÓNIA DO SACRAMENTO

Portugal, através do posicionamento geoestratégico da Colónia do Sacramento, poderia atingir os antigos benefícios económicos que tinha na época anterior à Restauração. A intenção seria manter os contatos comerciais que já havia tido no século XVII com os comerciantes castelhanos na América do Sul, para ter acesso às matérias primas que estavam junto ao rio da Prata. Através do domínio da Colónia do Sacramento, Portugal teria o local perfeito para a construção de uma base fortificada que serviria para manter o relacionamento comercial com Castela na América do Sul (CRUZ, 2015: 51). De facto, Portugal necessitava de prata, o metal que se localizava na região platina, visto que o Estado português, após 1640, teria de aumentar a fluidez monetária nos mercados internacionais, servindo a prata, precisamente, como a moeda de troca preferida no mercado internacional no século XVIII. Na verdade, até 1680, a Coroa Portuguesa não se tinha apoderado de nenhum território produtor de prata, sendo também este um dos motivos do incessante interesse português pela região platina. A prata era, na verdade, um material raro e valioso no espaço europeu, tendo inclusive uma grande procura por parte das elites e da Igreja, sendo, por conseguinte, constituída como uma *força de pressão* (MONTEIRO & CARDIM, 2013).

Foi assim que o comércio português se organizou de forma triangular no Atlântico Sul, desenvolvendo-se entre a Europa, a África e o Brasil. Adotou-se, ainda, uma estratégia comercial entre o Rio de Janeiro, Buenos Aires e Colónia do Sacramento, que possibilitava o comércio interno da prata na América do Sul. Na verdade, era no porto de Colónia do Sacramento que se realizava o contrabando entre os comerciantes do Rio de Janeiro e os comerciantes de Buenos Aires após a definição de fronteiras. Possamai (2010 b: 23) explica e fundamenta os pontos anteriormente referidos, ao afirmar que

*“A fundação da Colônia do Sacramento na margem norte do Rio da Prata conjugava os interesses dos comerciantes do Rio de Janeiro, interessados na retomada do intenso comércio com Buenos Aires existente na União Ibérica, assim como da Coroa portuguesa, que desejava expandir seus domínios até o Rio da Prata”.*

Outro objetivo importante de Portugal para a Colónia do Sacramento seria que esta cidadela fosse a fronteira meridional do Brasil, podendo assim os portugueses estenderem-se a Sul até tornar o a sua fronteira natural. Miguel Frederico Do Espírito Santo (2010: 39) afirma, a este respeito, que

*“En 1680, la Colonia del Sacramento, creada por el gobierno portugués junto al Rio de la Plata, como primera expresión pública y solemne del principio político del límite natural por ese por ese rio”.*

Vale lembrar que a Colónia do Sacramento tinha ainda diversas outras *forças profundas*, graças à sua função de presídio, não tendo mulheres nem casais. Os portos comerciais sul-americanos, bem como as vilas portuárias, recebiam na época milhares de escravos vindos de África para os trabalhos mais difíceis na região, pois os indígenas da Bacia do Prata revoltavam-se contra as ordens dos portugueses (CERVO & BUENO, 2013: 62). Desta forma, Colónia do Sacramento, após 1680, dependia da fertilidade dos seus solos, do clima, das atividades agrícolas, das frutas e legumes, do centeio, da cevada, oliveiras e vinhos e sobretudo do gado e couros.

Se por um lado, Colónia do Sacramento era rica em gado, como o touro, a vaca ou novilho, nas fazendas faziam-se também negócios de courama com exportações para Lisboa e o Rio de Janeiro, sendo o Prata uma fonte de comércio. Quem o dominasse, acederia por terra e mar, com mais facilidade, à sua costa e aos seus portos, tornando Colónia do Sacramento um ponto estratégico de expansão comercial, fosse Portugal, fosse Castela, na América do Sul.

A estratégia castelhana passava também por dominar Colónia do Sacramento para que esta servisse de base de comércio, facilitando desta forma a circulação da prata entre o Perú e os portos do Prata. Deste modo, fazia parte da estratégia castelhana fazer com que os produtos preciosos da América do Sul chegassem a Castela para seu sustento e ostentação na Europa, usufruindo ainda dos couros, do gado e das terras férteis do Prata.

Cervo e Bueno (2013: 60) assinalam que

*“A dez léguas apenas de Buenos Aires, a Colônia do Sacramento ocupava a posição indicada para todas as operações de comércio. E desde cedo,*

*nela imperou o mais lucrativo dos contrabandos. Forasteiros de várias partes, crescido número de marchantes estrangeiros ali se estabeleceram, visando a prata da Espanha em troca das fazendas vindas do reino português e outras nações”.*

Neste sentido, os dois pontos estratégicos na América do Sul, em 1680, eram Buenos Aires, povoada e dominada pelos castelhanos, e Colónia do Sacramento, dominada e povoada pelos portugueses, que além disso dominavam outros territórios que pertenciam à Coroa Castelhana, como o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. De facto, “*em 1679, o governador do regente D. Pedro (mais tarde o rei D. Pedro II, desde 1683) resolveu fixar a fronteira meridional do Brasil – problema que se prolongava desde o século XVI – estabelecendo-a no rio da Prata, e confiou tal tarefa a D. Manuel Lobo, que foi substituir Matias da Cunha no cargo de governador de circunscrição meridional do Brasil. Foi no cumprimento desse encargo que D. Manuel Lobo fundou a dita povoação*” (CORREIA et alli, 1989: 548).

Desta forma, enquanto Castela marginalizava e se esquecia de Colónia do Sacramento em 1680, os portugueses reafirmavam a sua posição na margem Norte do Prata, construindo um forte e cidadela que viria a ser o ponto da estratégia portuguesa na Bacia do Prata até à costa Sul atlântica. A Coroa Castelhana, por outro lado, estava centrada nas pedras preciosas de Potosí e nos produtos que conseguia recolher das minas da Bolívia, fazendo-os chegar a Sevilha, até ao século XVIII. Por conseguinte, após 1680, Portugal conseguiu de facto usar como queria a Colónia do Sacramento, a saber, para comércio de couros, produção de açúcar, cultivo, base marítima, forte e fronteira meridional do Brasil. Assim, e como calculado pelos portugueses na época, Colónia do Sacramento teve realmente um papel importante na demarcação da fronteira meridional do Brasil e no seu próprio desenvolvimento. Conforme Frega (2009: 14), que desenvolve o conceito de fronteira,

*“La frontera no era solamente una zona de separación - en todo caso, esa era la aspiración de las monarquías Ibéricas que se disputaban el control del Rio de la Plata – sino espacio de transito de comercio y de intercambio que expresaba una gran diversidad sociocultural”.*

De facto, e de forma análoga à já explicitada, após D. Manuel Lobo fundar e dominar Colónia do Sacramento por ordem de D. Pedro II, o forte quadrado com saída para o rio da Prata é atacado e disputado pela Coroa Castelhana com o apoio dos indígenas e Jesuítas. Este ataque deveu-se ao facto de os castelhanos terem-se sentido atemorizados perante a colonização portuguesa de Colónia do Sacramento, visto que Portugal ameaçou os comerciantes de Buenos Aires e os seus sistemas de comércio, bem como as missões jesuítas em território castelhano (TRUCHUELO & REITANO, 2017: 401). Efetivamente, como resultado da colonização portuguesa nas margens do Prata, as tropas castelhanas dirigiram-se à Colónia do Sacramento atacando e destruindo a cidadela. *“La decisión portuguesa de instalarse en las tierras fue una consecuencia directa del conflicto hispanoportugués en el Rio de la Plata”* (BETHELL, 1990 b: 146).

As tropas castelhanas devolveram Colónia do Sacramento a Portugal, em 1681, por razões diplomáticas, porém sendo acordado que Portugal apenas usaria o forte para guarnecer o seu território (MONIZ BANDEIRA, 2012). Após a assinatura do Tratado Provisional de Lisboa, entre D. Pedro e Carlos II, Portugal obteve o domínio sobre Colónia do Sacramento, embora com restrições de comércio com Buenos Aires. De facto, os castelhanos de Buenos Aires, após a expansão portuguesa até ao Prata, queriam pôr fim ao contrabando e terminar com a exploração de gado e povoamento português na Banda Oriental do referido rio. Naturalmente, os castelhanos sentiam-se ameaçados, pois afinal os portugueses iniciaram uma forte política de povoamento na Colónia do Sacramento, ao mesmo tempo que tentaram explorar as terras das margens orientais do Prata através do gado selvagem e dos indígenas. Os próprios contrabandistas de Buenos Aires temiam que os portugueses se instalassem em todo o território da Banda Oriental do rio da Prata e prejudicassem o comércio castelhano, devido à expansão portuguesa a partir da Colónia do Sacramento (TRUCHUELO & REITANO, 2017: 401)

Após esta expansão portuguesa, os castelhanos começaram a vigiar a cidadela e as missões indígenas de Portugal, para evitar a junção de índios pertencentes à Coroa Castelhana. Posteriormente, a partir do fim do século XVII, Portugal expandiu-se a Sul, até à foz do Prata, tendo nos anos seguintes reforçado as estratégias de povoamento na Colónia do Sacramento, de abastecimento militar e exploração de riquezas pecuárias (POSSAMAI, 2010 b: 23).

### 2.3. A COLÓNIA DO SACRAMENTO COMO OBJETO DE NEGOCIAÇÃO

O domínio de Portugal sobre Colónia do Sacramento terminou em 1705, em virtude da guerra que decorreu na Europa, a guerra da sucessão no reino de Castela (1701-1714), já que Portugal havia-se preparado para uma longa guerra junto aos ingleses e austríacos, contra os vizinhos castelhanos e franceses, surgindo desta forma uma nova *força de pressão* com que Portugal teria de lidar. Aproveitando esta situação, Castela reconquistou a Colónia do Sacramento de 1705 até 1715, perdendo desta forma Portugal o direito sobre o assento no Prata (MONIZ BANDEIRA, 2000: 225). Formalmente, o motivo desta perda foi a anulação do Tratado de Lisboa de 1701, entre as Coroas Portuguesa e Castelhana, que dava poderes a Portugal de apropriação sobre Colónia do Sacramento e a Amazónia. “*Acrescente-se ainda que os Portugueses tinham a convicção muito firme de que os territórios pertencentes de direito ao seu país estavam em perigo de ser dominados pelos Espanhóis, por intermédio das missões jesuíticas do Paraná e Uruguai, e que uma velha tradição geográfico-política, revelada por crónicas e mapas, fazia do Prata a fronteira meridional do Brasil*” (SERRÃO, 1984: 407).

Todavia, a anulação do Tratado de Lisboa alterou a situação, permitindo-nos alcançar duas evidências. A primeira delas é que as negociações diplomáticas sobre a Colónia do Sacramento entre as Coroas Portuguesa e Castelhana também foram influenciadas pela guerra da sucessão do reino de Castela; sendo a segunda a de que a partir da reconquista castelhana de 1705, a Colónia do Sacramento poderia ser usada como objeto de negociação, caso Portugal se aliasse nesta guerra à Casa Real dos Bourbon ou dos Habsburgo.

Razão para se poder chegar à conclusão de que o futuro da posse de Colónia do Sacramento entre as Coroas Portuguesa e Castelhana foi decidido, não no campo de batalha da América do Sul, mas sim nos tratados europeus. Afinal, as negociações diplomáticas entre as Coroas Portuguesa e Castelhana começaram em 1700 com a morte do Rei Carlos II de Castela, tendo o rei deixado prescrito o seu sucessor, o Duque Filipe de Anjou, neto do Rei Luís XIV. Diante desta decisão, Portugal decidiu apoiar Castela e França na sucessão do Duque Filipe ao reino de Castela, todavia, em troca, pediu o direito de propriedade sobre Colónia do Sacramento à Casa Real dos Bourbon-Anjou. Neste âmbito, refere Espírito Santo (2010: 79) que

*“La muerte, en 1700, de España, quien legó la corona a Felipe de Anjou, nieto de Louis XIV de Francia, dio un nuevo rumbo à la disputa por las tierras septentrionales del Plata. La Colonia del*

*Sacramento pasó a servir como moneda en la negociación del apoyo de Portugal a la pretensión del Borbón”.*

Não obstante, as negociações diplomáticas entre Portugal e Castela não foram bem-sucedidas, pois o Tratado de Lisboa teve consequências económicas e diplomáticas graves para Portugal frente à grande aliada Inglaterra. Afinal, em 1703, Inglaterra tinha a seu lado a Casa de Habsburgo como sua preferida para a sucessão ao reino de Castela, exigindo a Portugal o apoio ao pretendente austríaco Carlos VI. Perante a exigência britânica, Portugal optou por, em 1703, coligar-se à antiga aliada Inglaterra, perdendo desta forma o direito de propriedade sobre Colónia do Sacramento. Efetivamente, “*Portugal começou a sentir o perigo de uma guerra com as potências marítimas (Inglaterra e Holanda) e afastou-se da França e da Espanha, primeiro no sentido da simples neutralidade e depois aderindo à Grande Aliança*” (ALMEIDA, 1978: 334). Neste sentido, Cervo e Bueno (2013: 63) explicam que,

*“Com a guerra de sucessão da Espanha, irrompida em 1701 e prolongada até 1714, que se firmou a paz de Rastatt e Baden, Portugal tomou partido do Duque de Anjou, que lhe ofereceu em troca a nesga litigiosa no Prata. Mudou-se depois de aliado e uniu-se à Inglaterra, favorável ao pretendente austríaco”.*

Assim, Inglaterra estabeleceu com Portugal um longo e bem-sucedido tratado, o Tratado de Methuen (1703),<sup>2</sup> no qual estavam em jogo acordos económicos e de segurança militar bilaterais. No entanto, em 1705, devido a este tratado e aliança luso-britânica, Colónia do Sacramento seria atacada e dominada por Castela até 1715. No âmbito da ainda existente aliança luso-britânica, o diplomata John Methuen propôs a Portugal um acordo económico favorável a Portugal, conjuntamente com o comprometimento da Coroa Portuguesa à causa austríaca. O acordo acrescentava a promessa futura de Inglaterra a Portugal do reconhecimento dos direitos da Coroa Portuguesa sobre o Prata (OLIVEIRA, 1994: 143). Desta forma, enquanto Inglaterra salvaguardava, perante o Tratado de Methuen, a defesa de Portugal frente a Castela, Portugal dava em troca ao seu aliado os recursos naturais destas terras e o apoio à Casa dos

Habsburgo, diplomaticamente, na guerra da sucessão ao reino de Castela. De qualquer outra forma, é de assinalar que,

*“Por outro lado, e ainda que não ficasse oficialmente definido no articulado dos tratados, holandeses, ingleses asseguraram também a proteção do comércio luso-brasileiro, por via da disponibilização de 12 navios de guerra destinados a comboiar as frotas”* (CRUZ, 2015: 65).

Já em 1714, os Reis da Casa de Habsburgo, Áustria e Países Baixos, perderam a guerra da sucessão do reino de Castela, e o Rei D. Filipe V da Casa de Bourbon passava a reinar Castela e, por conseguinte, ganhava o direito de suceder ao trono de França. Diante dos Tratados de Utrecht (1713-1715), Rastatt (1714) e Baden (1714), a guerra da sucessão ao reino de Castela acabava e Inglaterra passava a dominar a diplomacia internacional, apesar de não ter sido bem-sucedida naquela guerra.

Isto significa que, com a paz de Utrecht, Portugal ficou com as suas fronteiras mais seguras de futuros ataques castelhanos, vendo também o seu território na América do Sul consideravelmente mais alargado com o apoio e a força diplomática de Inglaterra. Significa, também, que o conflito na Europa afetou a Nova Colónia do Santíssimo Sacramento, visto que esta esteve em guerra durante pelo menos uma década contra as forças borbónicas.

Com efeito, Colónia do Sacramento foi um autêntico campo de batalha de 1705 a 1715, tendo de ter sido reconstruída pelos portugueses nos anos seguintes. Afinal, as forças borbónicas, em 1715, eram as forças caracterizadas pela Casa Real dos Bourbon, uma casa real de família francesa, com forte influência e poder no reino de Castela. Neste sentido, poder-se-á dizer que o reinado de Filipe V da Casa Real dos Bourbon – também conhecido por Filipe de Anjou –, foi uma constante ameaça ao domínio português na Colónia do Sacramento nos anos seguintes. Após o Tratado de Utrecht, não só Portugal assegurou o território de Colónia do Sacramento, como também o domínio total sobre o rio Amazonas e sobre os territórios entre este rio e o Oiapoque (OLIVEIRA, 1994: 180). No mesmo tratado, Castela, por sua parte, reconhecia diplomaticamente a posse da Coroa Portuguesa sobre Colónia do Sacramento e, neste sentido, Moniz Bandeira (2012: 67) diz-nos que



*“o Tratado de Utrecht, que, por influência da Inglaterra, assegurara aos portugueses a posse da Amazônia, restituiu-lhes também a Colônia do Sacramento, cujo domínio eles mantiveram até 1750, quando, com o Tratado de Madri, foi trocada pelo território dos Sete Povos das Reduções”.*

Do ponto de vista diplomático, na época da guerra da sucessão no reino de Castela, Colônia do Sacramento foi sem dúvida o eixo de negociações entre Portugal e Castela, visto ter sido utilizada estrategicamente como moeda de troca entre 1701 e 1715. Após a referida guerra, os castelhanos exploraram a América do Sul intensivamente, especialmente o México, o Peru, a América Central, e todos os sistemas fluviais do Prata até à Amazônia. No entanto, é importante referir que, em 1720, o Vice-Reinado da Coroa Castelhana estabelecia-se em Lima, tendo sido esta cidade o ponto estratégico e o centro de todas as ordens de comércio castelhanas. Porém os portugueses não paravam. *“Com a manifesta intenção de alargar a ocupação portuguesa, uma pequena expedição militar tentou fixar-se em Montevidéu (1723), mas logo os Espanhóis a fizeram retirar. Montevidéu ia nascer pouco depois, embora como terra espanhola, e a sua fundação foi «um golpe severo nas esperanças portuguesas de penetrar e conquistar a Banda Oriental»”* (SERRÃO, 1984: 409).

Efetivamente, em 1723 é fundada estrategicamente a cidadela de Montevidéu pelos castelhanos, com a função de proteger a margem Nordeste do rio da Prata das ofensivas portuguesas na região, visto que estes, na década de 1720, haviam começado a dominar grande parte da margem Norte do Prata. Portugal, por sua parte, com a aliança luso-britânica, garantiu a possibilidade militar de atacar as regiões já ocupadas pelos castelhanos junto à margem setentrional do Prata, designadamente Montevidéu e Maldonado (MONIZ BANDEIRA, 2012: 76). Ainda no reinado de D. João V, enfrentou-se uma política expansionista na América do Sul, começando Portugal por servir-se dos bandeirantes paulistas para invadir o Sul do Prata e o Oeste do Paraguai, tornando as relações com Castela ainda mais hostis. Como resultado das medidas expansionistas de D. João V no Brasil, Portugal triplicou o seu património e reforçou as suas forças económicas no mercado internacional, enquanto a prioridade específica do rei de Portugal passava a ser expandir o Brasil colonial e anexar a Banda Oriental ao território português. Relativamente a estas *forças profundas*, Cervo e Bueno (2013: 112) assinalam que

*“De tal forma atingia João um dos seus primeiros objetivos na América. É verdade que erradamente à campanha da Guiana foi atribuído um intuito imperialista, só existente de fato na luta pela anexação da Banda Oriental”.*

Para além do mais, entre 1722 e 1730, Colónia do Sacramento atingiu o seu máximo potencial e desenvolvimento, graças à ação do governador português António Vasconcelos, que conseguiu fortalecer a administração da população e com ela a sua prosperidade (POSSAMAI, 2010 b: 24). Após o progresso alcançado na Colónia do Sacramento e a invasão portuguesa a Montevideu – que competia comercialmente com Colónia do Sacramento e era a base de comércio da margem Nordeste do Prata para Castela –, os castelhanos de Buenos Aires revoltaram-se contra a expansão portuguesa na margem Nordeste do Prata e, como resposta, bloquearam navalmente Colónia do Sacramento em relação à margem Sudeste do mesmo rio – no que ficou conhecido como *campanha no Prata*, a qual posicionava os portugueses em total isolamento na Colónia do Sacramento em relação à outra margem do rio platense em 1736, dominada pelos castelhanos.

De facto, D. João V ambicionou, a partir de 1730, os territórios de Montevideu e Maldonado, ameaçando desta forma a segurança de Colónia do Sacramento. O rei pretendia, sem dúvida, dominar a totalidade da margem Norte do Prata (TRUCHUELO & REITANO, 2017: 415), sendo certo que Portugal não havia visto com bons olhos a fundação de Montevideu pelos espanhóis, uma vez que *“la fundación de Montevideo por los españoles fue el principio del aislamiento de Sacramento, que se concretó con el sitio que la fortaleza sufrió de 1735 a 1737.”* (TRUCHUELO & REITANO, 2017: 415).

Em 1737, é reposta a paz na Colónia do Sacramento, através do Tratado de Paris (1737), que reconhece o direito da Colónia do Sacramento a Portugal. Este tratado foi um armistício celebrado entre Portugal e Castela, devido às influências internacionais da França, Inglaterra e Holanda. Neste acordo, Portugal tinha direito de posse sobre a Colónia do Sacramento, mas em troca teria de respeitar os limites de fronteiras com Castela na Banda Oriental. No mesmo ano, a Coroa Portuguesa avançou na sua expansão pelo rio da Prata e afluentes pois, para além de ter dominado Colónia do Sacramento, estruturou a região formada pelas capitanias do Rio Grande do Sul (POSSAMAI, 2010: 34). Portugal ainda excluiu estrategicamente a hipótese de Castela poder circular através de Colónia do Sacramento para as suas exportações e importações para a Europa, o que provocou o declínio e isolamento de Colónia do Sacramento nos anos

seguintes. Na verdade, a cidadela esteve sob vigia militar, como também foram introduzidas barreiras alfandegárias na entrada de mercadorias na região (POSSAMAI, 2010). Ainda por consequência deste declínio de prosperidade na Colônia do Sacramento, D. João V ordenou que as frotas portuguesas vigiassem os movimentos navais castelhanos no Prata e fortificassem a margem Sul do Rio Grande de São Pedro. Devido a este isolamento da Colônia do Sacramento, os movimentos migratórios de algumas famílias que aqui residiam começaram, em 1737, a dirigir-se para o Rio Grande do Sul (CERVO & BUENO, 2013: 65). Aliás, o Rio Grande do Sul foi considerado um ponto estratégico militar para Portugal na América do Sul, como também uma futura alternativa à geoestratégica Colônia do Sacramento, já que ambos foram territórios meridionais do Brasil nesta época. Na verdade, a expansão portuguesa de D. João V atingiu limites demasiado ambiciosos em 1736, provocando consequências para Portugal, como analisa Moniz Bandeira (2012: 75), ao afirmar que

*“a ocupação efetiva decorreu da necessidade de garantir o espaço físico, necessário à manutenção das linhas de comércio, o que se evidencia no fato de que o povoamento da região, que medeia a margem setentrional do Rio da Prata, o Uruguai e o Oceano Atlântico, só começou realmente, a partir de 1736, cinquenta anos depois da fundação da Colônia do Sacramento, quando o rei de Portugal, D. João V, ordenou outro ataque e a ocupação da localidade de Montevidéu...”*

Na verdade, torna-se bastante claro que, após o povoamento português na Colônia do Sacramento, os castelhanos enraizaram-se em Montevideu e aí fundaram também uma cidadela portuária criando barreiras e dificuldades de comunicação para os portugueses a partir do Brasil (BETHELL, 1990 b: 147). De acordo com Sousa Lara (2002: 31), o ambiente no rio da Prata era hostil, bastando para tal

*“Lembremos que os espanhóis já tinham chegado ao Rio da Prata. E a ideia de colonizar o Brasil recorrendo a um sistema de tipo feudal, as capitanias, inspiradas no modelo madeirense, mas de longe parecidas com o regime*

*de suserania medieval europeu, decorre das ameaças externas, da incapacidade portuguesa de acorrer, ao mesmo tempo, a todas as paragens descobertas, e sem dúvida, da prioridade concedida à Índia e ao Oriente”.*

Todavia, por mérito dos bandeirantes, os limites do atual Brasil ficaram definidos em 1742, quando estes colonizaram Mato Grosso e ligaram o rio Tietê ao Amazonas. Deve relembrar-se que o domínio da região do Amazonas era de grande importância para Portugal, em função da sua riqueza em metais preciosos, plantas raras e animais. Ademais, no fim da década de 1740, os conflitos internos nas fronteiras brasileiras mantinham-se, fazendo com que Portugal decidisse abandonar Colônia do Sacramento para manter a estabilidade das fronteiras do Brasil. Neste sentido, o grande objetivo português a meio do século XVIII era ver traçados os limites territoriais do Brasil colonial. Objetivo esse que é alcançado por Alexandre de Gusmão, diplomata português ao serviço de D. João V, que desenhou e definiu o Tratado dos limites das Américas, com a sua capacidade visionária da futura fisionomia do Brasil e da importância das *forças pacíficas* com Castela na América do Sul. Afinal, foi Alexandre de Gusmão quem reconheceu Colônia do Sacramento como a causa de tantas disputas e guerras na América do Sul com Castela (BETHENCOURT & CHAUDHURI, 1998 c: 186). Vale, deste modo, observar, sobre Alexandre de Gusmão, que,

*“Fortemente criticado, Gusmão defendeu-se, alegando que mais vale reter aquilo que podemos defender do que insistir pela manutenção de posições indefensáveis. A segurança e estabilidade foi a sua principal preocupação. Interessava-lhe consolidar e guardar um território redondo e eliminar uma fonte de conflito permanente”* (OLIVEIRA, 1994: 184).

*“O governo de D. João V, porém, não soube tirar partido desta vitória, e pelo célebre tratado de Madrid de 1750, elaborado por Alexandre de Gusmão, Portugal desistiu da sua fronteira platina, recuando para a lagoa Mirim no litoral. Como compensação pela perda da Colônia do Sacramento e do território para E. e NE., o*

*nosso país recebia, a Oriente do rio Uruguai, um território que estava ocupado por sete florescentes «reduções» governadas por jesuítas, nas quais viviam cerca de 30 000 índios, já de longos anos afeitos ao regime instituído pelos padres” (CORREIA et alli, 1989: 549).*

Efetivamente, o Tratado de Madrid de 1750 reconheceu a perda de territórios portugueses a Sul do Rio Grande, da Colónia do Sacramento e Montevideu, ao mesmo tempo que definiu a anexação, ao Brasil, dos territórios a Leste até à Amazónia e Mato Grosso, provocando o despovoamento das reduções Jesuítas a Norte do rio Mato Grosso e dos Sete Povos das Missões. Neste acordo, Portugal cedia as suas conquistas a Sul aos castelhanos mas, por outro lado, Castela cedia a Portugal o direito de estender a sua fronteira brasileira para Leste até ao rio Paraguai. Portugal ainda deu em troca, a Castela, o direito sobre as Filipinas. Assim, *“é importante assinalar esses dois grandes princípios da geopolítica, latentes em toda a política da colonização ibérica: a bacia do Amazonas exclusivamente para Portugal, assim como a bacia do Prata para a Espanha” (CERVO & BUENO, 2013: 79).*

Castela, após o Tratado de Madrid, ordenou a deslocação dos Sete Povos das Missões para a margem esquerda do rio Uruguai, a qual define, à época, as fronteiras do Brasil. No entanto, o acordo de Madrid foi anulado, devido ao não cumprimento dos seus princípios por parte de Castela, como também pelo facto de Castela ter mantido missões indígenas na margem Oriental do rio Uruguai, provocando também a revolta indígena contra os portugueses na mesma região. Nesta revolta, os indígenas recusaram-se a ser expulsos das suas casas junto à margem Oriental desse rio, defendendo que tinham o direito a permanecer nas suas terras, independentemente dos acordos europeus.

Em 1761, é celebrado o Tratado do Pardo entre o Rei D. José I e D. Carlos III de Castela. O tratado acordou a anulação do Tratado de Madrid e a Colónia do Sacramento voltava a poder ser colonizada por Portugal. Perante este novo tratado, *“o Sacramento foi de novo restituído aos portugueses e os Sete Povos aos espanhóis” (OLIVEIRA, 1994: 185).*

Note-se que o Marquês de Pombal, que esteve ao serviço de D. João V e de D. José I, defendeu uma diplomacia portuguesa de pacifismo na Europa, especialmente com Castela, e uma aliança forte com Inglaterra, para manter o território português seguro. A política de D. José I foi bastante mais desafiadora para Portugal, já que no reinado anterior, D. João V, após a guerra, havia procurado uma diplomacia de políticas isolacionistas. O Marquês de Pombal,

ao serviço de D. José I, defendia que Portugal deveria investir, no século XVIII, em técnicas mercantilistas, companhias monopolistas, regulamentação, taxas e subsídios – medidas que serviram de facto, no século XVIII, para facilitar a acumulação de capitais dos mercadores portugueses, sendo muitos destes capitais importados do Brasil para Portugal. Na verdade, e como assinala Sousa Lara (1981: 5), o Marquês de Pombal defendia que *“cada nação deveria bastar-se a si própria e para isso, seria útil possuir colónias, para obter matérias primas e para aí vender manufaturados; além disso era necessário criar companhias majestáticas, que permitissem defender com eficácia os interesses do Estado”*.

Por outro lado, na cidade de Buenos Aires, em 1776, foi fundado o Vice-Reinado do rio da Prata, capital castelhana de toda a estratégia e comércio castelhanos, visando evitar a expansão portuguesa pelo Prata e tendo ocupado praticamente qualquer área que atualmente abrange a Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia. Por esta razão, o Vice-Reino de Lima foi substituído pelo Vice-Reino das Províncias do Rio da Prata em 1776, de modo que podemos afirmar que esta mudança de estratégia de Castela na América do Sul ocorreu em função da circunstância de os portugueses nunca terem saído das margens do Prata, tornando-se uma constante ameaça para os comerciantes castelhanos de Buenos Aires. Apenas em 1777, Colónia do Sacramento seria entregue a Castela pelo Tratado de Ildefonso e Portugal desistiria da sua presença no Prata, graças à sua dificuldade em manter as fronteiras seguras no Brasil (MONIZ BANDEIRA, 2012: 64). Sobre esta decisão, pode dizer-se que

*“Foi apenas com o Tratado de Ildefonso, em 1777, que se pôs fim à disputa, velha de um século, entre a Espanha e Portugal por causa de territórios contestados no Sul do Brasil e na Banda Oriental, mas não sem grandes hostilidades entre os dois países, com vitórias portuguesas no Rio Grande do Sul e uma grande força expedicionária sob o comando de D. Pedro de Cevallos”*  
(BETHENCOURT & CHAUDHURI, 1998 c: 175).

Na verdade, neste tratado de 1777, os castelhanos desistiram ainda de Santa Catarina, como de parte do Rio Grande de São Pedro e, por último, da Lagoa dos Patos. Neste ponto, pode-se considerar, uma vez mais, a Colónia do Sacramento um autêntico campo de batalha,

com avanços e recuos entre as tropas portuguesas e castelhanas. Afinal, ambos estiveram, durante longos anos, em busca da colonização e domínio deste território, já que, pela Colónia do Sacramento, não só tinham acesso à margem esquerda do rio da Prata para comércio e contrabando, como também poderiam ter ligação de navegação com os rios brasileiros navegáveis em toda a sua extensão. A este propósito,

*“Por esta razão, embora em 1777, pelo Tratado de Ildefonso, perdida a Colónia do Sacramento, os Portugueses deram seguimento à luta pela anexação da margem Oriental daquele estuário, consubstanciando a origem portuguesa do expansionismo brasileiro, através de conflitos a toda a hora criados contra as províncias espanholas da Bacia do Prata” (PATRÍCIO, 2007: 251).*

Todavia, Portugal contava com a aliança inglesa e Castela com a aliança francesa, conseguindo ambos, em 1777, em substituição do Tratado de Madrid, assinar o Tratado de Ildefonso, que permitiu à Colónia do Sacramento e ao Brasil ficarem com as fronteiras demarcadas através das diligências operadas por Alexandre de Gusmão.

Frente a estes factos, é possível afirmarmos que os portugueses impuseram a sua cultura e poder político por todo o Brasil até à Colónia do Sacramento, através da administração de capitánias, explorando as suas riquezas e exportando mercadorias e escravos para a Europa e outros continentes, o mesmo é dizer, por meio das *forças de pressão* e das *forças profundas*. Instalando-se no Novo Mundo, tomaram também a terra dos indígenas que ali habitavam e exploraram toda a zona platina e os seus circuitos comerciais, liberalizando, em conjunto com o resto dos europeus, o comércio no Atlântico Sul. Não obstante, identificou-se um problema de soberania sobre os direitos de colonização, na América do Sul, uma vez que as ambas as Coroas recusaram o Tratado de Tordesilhas nos séculos XVII e XVIII, ocupando regiões consoante o princípio de *uti pussidetis*, que significa que cada uma das partes tinha direito sobre o território que tinha ocupado. Colónia do Sacramento foi uma dessas regiões. Ainda que fundada e fortificada por Portugal, estava em território castelhano de acordo com o Tratado de Tordesilhas. Em todo o caso, os portugueses fundaram e fortificaram Colónia do Sacramento, ainda que com falhas políticas e estratégicas, pois os seus processos de povoamento e circulação

de pessoas e mercadorias estiveram limitados durante os séculos XVII e XVIII, provocando o seu isolamento na América do Sul. Não obstante, Portugal sempre utilizou essencialmente Colónia do Sacramento para proteger o Brasil colonial, expandindo-se comercialmente de forma lenta e defensiva. De facto, a Colónia do Sacramento tornou-se um enclave até 1777 no Prata, visto que foi a origem de conflitos de fronteira entre Portugal e Castela, tendo originado os tratados de Utrech (1713-1715), Madrid (1750), Pardo (1761) e Ildefonso (1777) e a expulsão dos jesuítas de Portugal (1759) (SPOSITO, 2012).



### **3. AS REAÇÕES DOS INDÍGENAS ÀS COLONIZAÇÕES DAS COROAS PORTUGUESA E CASTELHANA NA COLÔNIA DO SACRAMENTO E A DISPUTA PELA REGIÃO APÓS 1750**

#### **3.1. AS FRONTEIRAS TEMPORÁRIAS NAS REGIÕES MERIDIONAIS DO BRASIL APÓS O TRATADO DE MADRID**

As fronteiras meridionais do Brasil alteraram-se após o Tratado de Madrid de 1750, entre Portugal e Castela, afetando as duas regiões meridionais negociadas neste tratado, o Rio Grande do Sul, junto ao rio Uruguai, e a Colônia do Sacramento, posicionada junto à foz do Prata. Na verdade, em troca da Colônia do Sacramento cedida a Castela, Portugal obteve as regiões do Paraná, Amazonas e Rio Grande do Sul, sendo certo que Colônia do Sacramento gerava conflitos entre Portugal e Castela, já que se situava perto dos vizinhos inimigos de Buenos Aires, o que terá levado Portugal a abdicar do território.

Na realidade, após 1750, a estratégia geopolítica portuguesa no rio da Prata alterou-se de forma significativa, uma vez que os portugueses abandonaram a ideia do conceito de *Ilha Brasil*. Nesta sua antiga estratégia, Portugal pretendia tornar Colônia do Sacramento na fronteira meridional do território brasileiro, transformando o Brasil numa *ilha* limitada pelos rios Amazonas e do Prata e ainda pelo Atlântico Sul (TRUCHUELO & REITANO, 2017).

Já a geoestratégia castelhana acabava na Cordilheira dos Andes, pois representava “*uma espécie de muralha natural, obstáculo difícil de transpor, a facilidade com que puderam saciar a fome de riquezas foi o que influenciou, decisivamente, para arrefecer-lhes o ímpeto de expansão e fixá-los do lado do Pacífico*” (MONIZ BANDEIRA, 2012: 37).

Pelo contrário, a antiga estratégia portuguesa de limitar o Brasil pelas suas fronteiras *naturais* foi impossível ao longo dos séculos XVII e XVIII, devido à constante presença dos castelhanos nas margens Norte do Prata. Deste modo, no Tratado de Madrid, a Coroa Portuguesa abandonou a estratégia de definir as fronteiras do Brasil pelos contornos dos rios Amazonas e do Prata, substituindo-a por uma estratégia em que as fronteiras eram estabelecidas em unanimidade com Castela até 1761. Neste sentido, Soares Martinez (1986) refere que o Tratado de Madrid de 1750 foi o tratado mais importante para a demarcação de fronteiras do Brasil, tendo sido acordado pelos reis Fernando VI e João V, graças às ações de Alexandre de Gusmão. O tratado exigia estabelecer Colônia do Sacramento como um espaço fronteiro fechado sob domínio de Castela, mas, por outro lado, pretendia colocar as terras a Este do rio Uruguai sob domínio português. É neste sentido que, desde 1750, surge na Colônia do

Sacramento a ideia de fronteira aberta “*como uma característica que, antes de limitar, era o próprio potencial da região. A fronteira, o ponto de contato com o outro, era a própria peculiaridade e o atrativo da região*” (PRADO, 2003: 102).

Ainda através deste tratado, “*Portugal renunciaba a cualquier reclamación sobre Colonia y reconocía la supremacía española en el Río de la Plata, y, según los artículos XIII y XV, España abandonaba todo el territorio al este del Río Uruguay y prometía evacuar las Siete Misiones*” (BETHEL, 1990 b: 148). Contudo, evacuar as Sete Missões indígenas não foi tarefa fácil. Afinal, eram “*30 000 índios guaranis aldeados ou “reduzidos” pelos Jesuítas: São Nicolau, São Miguel, São Luiz Gonzaga, São Borja, São Lourenço, São João e Santo Ângelo, fundados entre 1687 e 1707*” (CERVO & BUENO, 2013: 74).

Outra das imposições, por parte de Portugal, nas negociações do Tratado de Madrid perante a Coroa Castelhana, foi exatamente a definição de fronteiras fechadas no Brasil. Para esse efeito, D. João V ordenou que se desenhasssem mapas da América Portuguesa, excluindo a hipótese da presença de colonos castelhanos ou de Missões Jesuíticas sob influência de Castela no território português. Ainda, ficou esclarecido no Tratado de Madrid a retirada de quaisquer Missões castelhanas de todo o território do Rio Grande do Sul e da margem Este do rio Uruguai. Cervo e Bueno (2013: 72) reafirmam o facto dizendo que “*o famoso Mapa das Cortes feito em 1749 sob a vigilância erudita de Alexandre Gusmão, traz o primeiro debuxo da atual configuração do Brasil*”. Na realidade, Portugal teria finalmente o direito a estabelecer-se nos territórios do Alto Amazonas, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, em troca da devolução da Colónia do Sacramento à Coroa Castelhana (BETHEL, 1990 b: 148).

Consequentemente, para além de Castela passar a dominar Colónia do Sacramento, também começaria a dominar a totalidade do Prata, visto que passaria a controlar ambas as margens do rio, até porque, “*em 1750, a Espanha tinha alcançado um dos seus grandes ideais de colonização: a posse integral de ambas as margens do rio da Prata*” (CERVO & BUENO, 2013: 79). Desde então, identificaram-se conceitos geográficos e políticos – *forças profundas* –, assinalando-se que, a partir de 1750, a Bacia Amazónica seria dominada por Portugal e a Bacia do Prata por Castela (CERVO & BUENO, 2013: 79).

Note-se que as ordens castelhanas de evacuação e deslocação das Sete Missões das margens do rio Uruguai após o Tratado de Madrid não foram mais do que o abandono da antiga estratégia utilizada por Castela contra Portugal para travar a expansão portuguesa até à região meridional do rio da Prata. Na verdade, a Coroa Castelhana “*usou as reduções jesuíticas na margem esquerda do Uruguai como ponta de lança contra a presença lusa*” (SPOSITO, 2012: 290).

É bem verdade que, no Tratado de Madrid, ocorreu uma redistribuição de territórios e uma nova dimensão do Brasil, com o consequente aumento do Império português na América do Sul, por via do princípio *uti possidetis*, de acordo com o qual quem povoava um território e no mesmo desenvolvia uma atividade económica, teria direito a ocupá-lo. Aliás, por este princípio e conforme Paranhos de Rio Branco (2010: 27), aboliram-se as características do antigo Tratado de Tordesilhas, acordando-se assim novas fronteiras e direitos no domínio da colonização no território sul-americano. A única exceção a este princípio foi exatamente a Colónia do Sacramento. De facto, Portugal ocupava e exercia atividades económicas na Colónia do Sacramento desde 1680, mas a partir de 1750 perdeu o interesse em colonizar a região e nela utilizar o princípio *uti possidetis*, já que adotou a estratégia de negociação com a Coroa Castelhana, com o intuito de aumentar o território português na América do Sul e definir simultaneamente as suas fronteiras (MONIZ BANDEIRA, 2012).

Diante do Tratado de Madrid, a Colónia do Sacramento passou a domínio castelhano e, em troca, Castela cedeu os territórios dos Sete Povos das Missões a Portugal (LIMA, 2010), conforme visto já, povos estes considerados grupos organizados de indígenas liderados por Jesuítas castelhanos. Acordou-se ainda a retirada dos indígenas evangelizados por Castela do Rio Grande do Sul e a sua deslocação para Oeste do rio Uruguai, já que este rio viria a ser a nova fronteira Oeste do Brasil. Pode-se deste modo afirmar que as problemáticas das fronteiras móveis e temporárias tiveram início com o novo princípio *uti possidetis* do Tratado de Madrid, não sendo utilizado neste caso na Colónia do Sacramento. Por conseguinte, o Rio Grande do Sul passou a ser a nova fronteira meridional do Brasil, de 1750 a 1761, provocando a expulsão dos Sete Povos das Missões do território português, já que estes não se adaptaram ao modo de vida europeu. Vale lembrar, ainda, que os indígenas e escravos tiveram a função de auxiliar os colonos europeus no ciclo do pau-Brasil, posteriormente no ciclo do açúcar, no ciclo do ouro e pedras preciosas de 1650 a 1700 e, por último, no ciclo do café (LARA, 2014: 102).

É possível, assim sendo, afirmar que os indígenas tiveram um papel fundamental para o enriquecimento das metrópoles até ao século XVIII, tendo sido ainda alvos de injustiça por parte das Coroas Castelhana e Portuguesa, devido a uma política mercantilista no contexto internacional europeu, podendo ainda considerá-los como *forças profundas*, inseridos na estrutura demográfica da sociedade.

### 3.2. A RESISTÊNCIA DOS INDÍGENAS PERANTE O TRATADO DE MADRID

O tratado de 1750 provocou a resistência armada por parte dos índios guaranis contra os portugueses, gerando a guerra guaranítica (1753-1756) na nova fronteira meridional do Brasil, o Rio Grande do Sul. A violência portuguesa perante o povo guarani foi notória, sobretudo entre 1750 e 1755, gerada como consequência da resistência guarani em migrar para o Oeste do rio Uruguai, como também resultado da difícil integração dos nativos às novas autoridades coloniais.

Perante estes problemas, presenciou-se em 1750 a um jogo de resistência e subordinação indígena, dando lugar a conflitos inevitáveis de apropriação e expropriação das terras pertencentes aos indígenas do Rio Grande do Sul (BRANDÃO, 1990: 81), já que os colonos europeus haviam exigido o controlo e a desapropriação das terras indígenas no território junto às margens do rio Uruguai.

Outro problema demográfico identificado na região meridional, em 1750, foi a distinção entre *povos exteriores* e *povos interiores*. Afinal, “*se a aquisição territorial exigia uma clarificação das comunidades que existiam e de quem as constituía, quando lhes era destinado um espaço onde viver, como é que os desenvolvimentos internos podiam distinguir-se dos externos?*” (HERZOG, 2018: 223).

Neste sentido, para caracterizar os indígenas guaranis, foram os povos locais das fronteiras meridionais do Brasil, do Paraguai e da Argentina que tiveram um papel relevante, sendo certo que as tribos guaranis eram autossustentáveis, possuindo a sua própria economia, o seu próprio exército, bem como a sua própria língua. A este propósito, salienta Machado Lima (2010: 424) que a guerra na fronteira meridional do Brasil estendeu-se até 1756,

*“comandada pelo chefe militar Sepé Tiaraju, do lado dos índios (sob o grito “Esta terra tem dono”), contra o governador de Buenos Aires, de nome Viana (pelo lado de Espanha) e contra o governador do Rio de Janeiro, de nome Freire de Andrade (por parte de Portugal), eram ao todo 30 povos. No ano fatídico de 1750 havia 15 Reduções na actual Argentina, 8 no Paraguai e 7 no Brasil”.*

Como consequência da resistência armada, os guaranis foram expulsos, após o Tratado de Madrid, do Rio Grande do Sul, sendo massacrados e destribalizados. Conforme Williamson (2012: 64) refere,

*“os portugueses tiveram dificuldade em subjugar e organizar povos nativos com um sentido de território tão fluído e fragmentado em tribos errantes. Assim a interação entre índios e europeus era esporádica, quase sempre hostil, e tinha como resultado habitual a escravização dos índios capturados em ataques efetuados na floresta”.*

Em 1753, os Jesuítas marcaram a história da resistência armada dos povos guaranis na região do Rio Grande Sul, visto que, após o Tratado de Madrid, reconheceram as injustiças das Coroas Portuguesa e Castelhana perante as populações que ocupavam as margens do rio Uruguai. As Reduções Jesuítico-guaranis eram responsáveis, desde o século XVII, pela organização da vida dos indígenas nas suas terras, como também pela defesa e trabalho (MASY, 1991). De referir ainda que, *“como instituição, os jesuítas não rejeitaram nunca a extensão da Coroa de Castela ao novo continente; mas puseram em questão o valor ético de alguns pressupostos e normas; sobretudo comportamentos e abusos que até desautorizavam a própria Coroa”* (MASY, 1991: 485). Diante deste problema sociodemográfico, os Jesuítas não cederam às pressões dos bandeirantes, não abandonando o território, o que desencadeou a revolta dos indígenas contra os colonos portugueses e castelhanos, na lógica das *forças profundas e de pressão* da Escola Francesa de Renouvin e Dureselle.

De facto, os Jesuítas tiveram uma função importante na história ultramarina portuguesa, surgindo também como atores nesta problemática da colonização portuguesa na região do Prata e afluentes até ao fim do século XVIII. Assim sendo, interessa questionar o impacto dos Jesuítas no contexto do conflito aberto entre os indígenas e as Coroas Portuguesa e Castelhana na América do Sul, numa perspetiva historiográfica das Relações Internacionais, por meio das *forças profundas e das forças de pressão*.

Desde logo, os missionários foram importantes, na medida em que converteram religiosamente os indígenas, modificando desta forma as estruturas culturais das sociedades locais, tornando-se agentes da expansão territorial, ainda que divididos por ordens e províncias

e, por outro lado, lutavam contra os povoadores e comandantes militares europeus, reafirmando a sua posição na região platina em 1750 (HERZOG, 2018). Afinal, *“por ser a última Ordem que se incorporou à evangelização do continente americano, desenvolveu a sua atividade dentro de uma política de pacificação e de conquista espiritual, baseada na aceitação da Coroa e não das forças das armas”* (MASY, 1991: 483).

Ademais, a importância dos Jesuítas surge evidente quando estes – igualmente chamados de *Padres da Companhia de Jesus* –, submeteram os índios a processos de integração e posteriormente trataram-nos como colonos para servir os interesses das grandes cidades na América do Sul, sendo os índios também protegidos pelas Missões Jesuítas da escravidão e da morte, muitas vezes imposta pelos colonos europeus.

Na verdade, para além dos indígenas terem mostrado resistência em concordar com o Tratado de Madrid, o mesmo sucedeu com os Jesuítas instalados na região fronteira do Brasil, dado que este acordo ameaçava as estruturas erguidas pelas Missões da Companhia de Jesus na América do Sul – as quais eram muito importantes, visto que transmitiram aos povos indígenas conhecimentos e formas organizacionais que se mantiveram até ao fim do século XVIII (POGGI, 2017). Vale salientar que os povos guaranis faziam parte dos Sete Povos das Missões, sendo nómadas, com conhecimentos militares e treinados e ensinados pelos Jesuítas para defender sempre as suas terras.

No entanto, a violência com que os portugueses trataram os guaranis tornou-se um obstáculo à sua integração regional. Por outro lado, os Jesuítas que protegiam os Sete Povos das Missões pretenderam transcender as Coroas Portuguesa e Castelhana, desobedecendo e prestando auxílio à supremacia Papal desde 1750. Em função disto, no século XVIII, assistia-se a um confronto direto entre o poder espiritual da Igreja e o poder político das Coroas Portuguesa e Castelhana, provocado pela assinatura do Tratado de Madrid, em virtude de os Jesuítas serem uma ordem religiosa católica.

Mesmo assim, os indígenas que perderam as suas terras graças ao Tratado de Madrid não cederam às pressões das Coroas Portuguesa e Castelhana para se deslocarem para os territórios negociados entre Portugal e Castela. Na verdade, os indígenas entraram neste conflito ao lado das Missões Jesuítas, confrontando deste modo o poder das Coroas Portuguesa e Castelhana. Um dos problemas para definir as fronteiras da Colónia do Sacramento foram precisamente as *forças profundas* das pressões demográficas dos territórios em questão, em 1750. *“A tarefa da demarcação revelou-se difícil e complexa sendo que as maiores dificuldades foram as referentes à transmigração dos índios aldeados nas missões jesuíticas”* (RIO-BRANCO, 2010: 35). Por conseguinte, *“los guaraníes y los jesuitas protestaron; sin embargo,*

*el rey español, el Papa y los superiores católicos negaron el reclamo*” (POGGI, 2017: 238). O resultado desta revolta foi uma guerra sangrenta, centenas de mortes e um massacre indígena.

O Tratado de Madrid, que tratava da troca de territórios entre Portugal e Castela, havia sem dúvida esquecido os indígenas e os Jesuítas. Todavia, é interessante avaliar a organização da sociedade jesuíta. Poggi (2017: 236) descreve a ordem jesuíta e a sua expansão, de uma forma muito simples

*“a su vez, establecieron una red económica compleja y sustentable entre ellas, las cuales producían diferentes bienes, desde agrícolas hasta instrumentos musicales e incluso relojes. Además, producían y poseían gran capital cultural. Se estima que las reducciones jesuitas llegaron a tener grandes bibliotecas con unos 56.000 libros aproximadamente”.*

A grande guerra guaranítica, entre os guaranis e os portugueses, havia-se desencadeado em 1753 e terminado em 1756. Esta guerra foi provocada pelos Jesuítas, visto não obedeceram às ordens das Coroas Portuguesa e Castelhana para se deslocarem, com as tribos guarani, para Oeste do rio Uruguai, segundo as disposições do Tratado de Madrid (BETHENCOURT & CHAUDURI, 1998: 32). Os índios, conseqüentemente, revoltaram-se, porque a realidade que conheciam tinha origem na organização da Companhia de Jesus e na sua estrutura erguida no Rio Grande do Sul.

As Coroas Portuguesa e Castelhana, devido a esta resistência indígena e das Missões no Rio Grande do Sul, viram-se obrigadas a assinar, em 1761, um novo acordo, o Tratado do Pardo, através do qual, *“juridicamente, tudo voltava ao ponto de partida. E a conflitualidade normal nestas paragens”* (BETHENCOURT & CHAUDHURI, 1998: 32). Na verdade, com o intuito de voltar ao ponto inicial, *“a própria rainha mãe, D. Maria Vitória, foi a Madrid e em breve trecho se celebrou o tratado de 1777 em Santo Ildefonso (Granja), pelo qual perdiam os portugueses, não só a Colônia do Sacramento, senão que também o território das Missões orientais do Uruguai, a região ao N. de Castilhos Grandes até à lagoa Miriam e as vertentes desta, recuando-se-lhe as fronteiras para o rio Piratinim e mantendo os espanhóis com o seu exclusivo tráfego fluvial do Prata e do Uruguai”* (CORREIA et alli, 1989: 549).

Uma das causas da anulação do Tratado de Madrid, em 1761, foi a posição política do Marquês do Pombal perante a problemática da Colônia do Sacramento, visto que, segundo a sua perspectiva, a região nunca deveria ter voltado ao domínio castelhano. Sampaio Goes (2012: 115) diz-nos sobre o assunto que o Tratado do Pardo foi uma alternativa ao Tratado de Madrid, visando manter as *forças pacíficas* entre as Coroas Portuguesa e Castelhana, no âmbito das *forças de pressão*. Todavia, na verdade, Colônia do Sacramento, pelo Tratado do Pardo, voltava apenas ao comando inicial das autoridades coloniais portuguesas.

A resistência dos Jesuítas às ordens das Coroas Portuguesa e Castelhana desencadeara a expulsão dos Jesuítas de Portugal, em 1759 e posteriormente de Castela, em 1767. Expulsão essa que fora originada por inúmeras causas, das quais destacamos as seguintes, seguindo Sampaio Goes (2012):

- Os Jesuítas resistiram ao Tratado de Madrid e detinham o poder de influência sobre os indígenas na região meridional do Brasil, tornando-se uma real ameaça para as Coroas Portuguesa e Castelhana;
- Para além dos Jesuítas terem adquirido influência sobre os povos da região, tinham também um grande poder económico;
- Os Jesuítas ainda acumularam riqueza e obtiveram um grande número de trabalhadores na América do Sul, de acordo com as *forças profundas* da Escola Francesa de Renouvin e Dureselle.

Após a expulsão dos Jesuítas da América do Sul, a vida dos povos alterou-se consideravelmente, pois a população indígena diminuiu e foi submetida às novas ordens das Coroas Portuguesa e Castelhana (MAEDER, 1992: 47). Sobre a questão, salienta Sousa Lara (2014: 65) que

*“A política do marquês de Pombal da expulsão da Companhia de Jesus, substituindo os aldeamentos que estes haviam criado, por diretorias laicas, permitiu a reescravização dos mesmos, embora declarados livres e isentos. Este ministro de D. José é o grande mentor no império português da tal lógica mercantilista e do Estado absoluto”.*

Na realidade, *“las doctrinas establecidas entre los guaraníes nunca fueron otra cosa que parte de alguna provincia española”* (MAEDER, 1992: 18), o que nos permite afirmar que



os castelhanos, tal como os portugueses, marginalizaram os povos locais e o seu processo regional, após o Tratado de Madrid. Por outro lado, os Jesuítas ganharam autonomia na região, sendo acusados de desobediência e identificados como uma ameaça para as Coroas Portuguesa e Castelhana. Os colonos portugueses, por sua parte, não aceitaram, no século XVIII, a cultura guarani, exigindo ainda que o povo indígena se submetesse à integração regional após os múltiplos tratados europeus, podendo supor-se que, por estes motivos, as fronteiras sul-americanas na região foram elementos dinâmicos e móveis, evoluindo ao ritmo dos atores políticos e homens de Estado da época (TRUCHUELO & REITANO, 2017: 15) – tal como supõe a Escola Francesa de Renouvin e Duroselle.

### **3.3. AS COROAS PORTUGUESA E CASTELHANA NA COLÓNIA DO SACRAMENTO DE 1761 A 1777**

Portugal, após o Tratado de Madrid, celebrou um novo tratado com Castela, o Tratado do Pardo, em 1761, através do qual Portugal perdia o Rio Grande do Sul e voltava a ter direito de propriedade sobre Colónia do Sacramento. As Missões voltavam ao território do Rio Grande do Sul e Portugal perdia influência, tanto nas margens Oeste do rio Uruguai, como nos afluentes do Prata. Ficava, desta forma, definido que os territórios dos Sete Povos das Missões voltariam ao domínio castelhano e Colónia do Sacramento voltaria ao domínio português, sendo certo que, *“tanta perturbação e tanto sangue derramado inutilmente, pois em 1761 voltam os Sete Povos para a coroa de Espanha, onde permanecem”* (LIMA, 2010: 425).

O Tratado do Pardo apenas duraria, todavia, dois anos, visto que Colónia do Sacramento voltaria a ser atacada em 1762 pelos castelhanos de Buenos Aires, devido à Guerra dos Sete Anos, que sucedia na Europa entre 1756 e 1763, opondo a Inglaterra à França e Castela. Os ataques à Colónia do Sacramento foram constantes, tanto em função da presença dos portugueses na foz do Prata, como graças à antiga aliança de Portugal com Inglaterra. É bem verdade que *“o governo espanhol propôs um tratado tripartido entre os dois Estados ibéricos e a França visando, conjuntamente, defenderem-se contra os “apetites” britânicos relativamente ao Novo Mundo”* (OLIVEIRA, 1991: 255). Não obstante, este acontecimento histórico provocou hostilidades entre Portugal e a família dos Bourbon, levando as colónias portuguesas sul-americanas a estar de sobreaviso constante de possíveis ataques castelhanos.

Apenas em 1763 é retomada a paz na Colônia do Sacramento pelo Tratado de Paris, devolvendo Castela a Colônia do Sacramento e o Rio Grande do Sul a Portugal. Não obstante, as rivalidades entre os impérios inglês e francês mantiveram-se, enquanto Portugal preservava a aliança com a Inglaterra, esperando como recompensa proteção e segurança contra as investidas borbônicas. No entanto, as tensões entre estes países europeus perseveraram até, pelo menos, 1777. Nesse ano, o Tratado de Ildefonso tornou-se conhecido por ter as mesmas características do Tratado de Madrid, só que desta vez, Portugal recusava-se a submeter os Sete Povos das Missões ao processo de integração português, perdendo por isso parte da região do Rio Grande do Sul. Com efeito, "o Tratado de Santo Ildefonso repetiu o Ato de Madrid. Tirou, no entanto, a Portugal todos os proventos que tivera ao sul. O riquíssimo território das Sete Missões voltava ao domínio da Espanha" (CERVO & BUENO, 2013: 88). Procurando aumentar o território meridional do Brasil, Portugal cederia então Colônia do Sacramento a Castela, ganhando desta forma o dobro do território meridional do Brasil, através das capitanias do Rio Grande do Sul.

Vale reportar que os tipos de colonização na região platina a partir de 1750 foram diferentes. Ao contrário dos portugueses, os colonos castelhanos investiram a sua administração nas terras a Sul do Prata, através de uma expansão homogênea e ofensiva, povoando e organizando as suas cidades. Os objetivos e as forças da expansão castelhana assentaram na cristianização dos indígenas e na conquista de terras junto às margens do Prata. A colonização castelhana, ademais, preocupou-se com a estrutura das cidades e o seu massivo povoamento, apoiando também as Sete Missões, para salvaguardar a margem esquerda do rio Uruguai. O povoamento português, por seu lado, diferenciou-se do castelhano, em virtude da falta de preocupação com a organização de cidades e com um sistema real dinâmico das sociedades sul-americanas (SEVERAL, 1998: 122). No entanto, as Coroas Portuguesa e Castelhana estiveram unidas numa estratégia em comum, a partir de 1750, no âmbito da qual os interesses dos colonizadores coincidiram até 1761. Essa estratégia foi a perseguição da Ordem Jesuíta na América do Sul e na Europa, visando extingui-la, sendo ainda pela Casa dos Bourbon que as atividades das Reduções Jesuítas nas colônias castelhanas terminaram definitivamente em 1767 (POSSAMAI, 2010: 65). Neste âmbito, surgem evidentes os dois tipos de colonização que a doutrina apresenta, a saber, o colonialismo de espaço vital, no qual o povo colonizador afirma a legitimidade dos seus próprios interesses e o caráter puramente instrumental do povo colonizado, e o colonismo missionário, que pelo contrário reclama simplesmente o exercício de uma missão definida por uma ética superior (LARA, 2014: 22).

Por seu lado, é importante frisar que as forças religiosas – incluídas nas *forças profundas* – tiveram um papel significativo na expansão dos europeus na América do Sul, manifestando assim o sentimento nacional e religioso até 1750, conjuntamente com a problemática da história da resistência indígena na região fronteira do Brasil com o Vice-Reinado do Prata, o que nos permite afirmar que em 1777 estas questões sociais e culturais fizeram parte da história do império ultramarino português, visto que os Estados sul-americanos nacionais surgiram praticamente todos no início do século XIX.

## CONCLUSÃO

Naturalmente que, ao chegar ao fim deste exaustivo trabalho de investigação, dúvidas não restam sobre o facto de Colónia do Sacramento ter sido muito importante para as Coroas Portuguesa e Castelhana nos séculos XVII e XVIII, pois se um dos Estados dominasse esta cidadela, junto à foz do Prata e à costa Sul atlântica, teria soberania sobre a Bacia do Prata, o que lhe daria vantagens comerciais, possibilidade de navegar sobre os rios que compõem essa bacia e, para Portugal, definiria a fronteira meridional do Brasil nessa bacia. Razão pela qual Colónia do Sacramento terá causado diversas disputas entre as duas Coroas entre 1680 e 1777, o deadline que define a nossa pesquisa – 1680 por ter sido o ano de fundação, pelos portugueses, de Colónia do Sacramento; 1777, por ter sido o ano da assinatura do Tratado de Ildefonso, que terminou com as disputas, entre Portugal e Castela, sobre Colónia do Sacramento.

Fundada pelos portugueses em 1680 e fortificada no ano seguinte com base no princípio do *uti possedetis*, já que o território da Colónia do Santíssimo Sacramento se situava, pelo Tratado de Tordesilhas, em território castelhano, porém não se encontrava, por estes, habitado e desenvolvido, estando à mercê de ser usurpado pelos portugueses, de 1701 a 1777, o mesmo, além de palco de sangrentas guerras, serviu de moeda de troca e objeto de negociação entre as Coroas Portuguesa e Castelhana. Neste sentido, e do ponto vista estratégico e diplomático, Colónia do Sacramento serviu de moeda de negociação para Portugal na guerra da sucessão ao reino de Castela, no Tratado de Utrecht, no Tratado de Madrid, no Tratado do Pardo e no Tratado de Ildefonso, tornando-se ainda uma área que separava o território português do castelhano na América do Sul, tudo analisado sob as lentes da historiografia das Relações Internacionais da Escola Francesa de Renouvin e Dureselle.

De 1722 a 1730, Colónia do Sacramento deixou de ser uma zona periférica do Brasil, apresentando-se como o centro de comércio da região, em função da sua posição geoestratégica, junto ao Atlântico Sul e à foz do Prata. Efetivamente, Colónia do Sacramento foi o ponto de acesso dos portugueses a toda a região do Prata, uma vez que o rio percorre, não só o Brasil, como também o Perú, a Cordilheira dos Andes, a Bolívia e as Minas de Potosí. Esta estratégia dos portugueses permitiu aos comerciantes terem acesso, não apenas às terras férteis e ricas da Bacia do Prata, como ainda à entrada da sua foz pelo Atlântico Sul. Para além do mais, através da supremacia no Prata, os colonizadores portugueses poderiam também ter acesso aos rios internos do Paraná, Uruguai, Paraguai e ao Atlântico Sul. Ou seja, os portugueses dominaram o Sul do Prata, o litoral atlântico da América do Sul e ainda permaneceram a Oeste do rio.

Foi desta forma que Colônia do Sacramento foi o ponto de partida dos colonizadores portugueses para se expandirem do interior da Bacia do Prata, ao longo da costa Sul atlântica e de se protegerem de futuros ataques pela costa e a Oeste do Brasil. Vale lembrar que o Prata é o único rio na América do Sul, cujo trajeto faz o percurso de Noroeste a Sudeste na América do Sul e desagua no Atlântico. Ademais, Colônia do Sacramento foi um forte que serviu de fronteira para assegurar o território português na América do Sul, tendo também a função de ponto comercial estratégico para os continentes europeu, africano e asiático. Afinal, os navios, pelo porto da Colônia do Sacramento, poderiam fazer trajetos pela região sul-americana, através do Prata e afluentes, mas simultaneamente para outros continentes, através da saída pela foz do rio platense que se localiza junto ao Atlântico Sul. O comércio era feito triangularmente entre a América do Sul, Europa e África. Na verdade, no século XVIII, através da prata que chegava ao porto da Colônia do Sacramento, este produto raro e valioso poderia ser exportado para as elites europeias e posteriormente utilizado no comércio com a Ásia e as Índias.

Assim sendo, Portugal pretendia retirar o domínio castelhano das regiões a Oeste e a Sul do Prata e, por este motivo, insistiu na manutenção da cidadela, tornando-a a guardiã comercial portuguesa de todo o Brasil colonial e a fronteira meridional do mesmo. Colônia do Sacramento foi ainda utilizada como ponto estratégico da expansão portuguesa para ir além das linhas do Tratado de Tordesilhas, ambicionando conquistar mais território a Sul, já que, no início do século XVII, Portugal considerava o Prata como seu. A Colônia do Sacramento foi, desta forma, um instrumento estratégico dos colonizadores portugueses para chegarem a todo o litoral brasileiro, desde o Maranhão até ao enclave do Prata. Mas mais do que um instrumento de expansão a Sul, o enclave do Prata foi utilizado para incorporar a foz do Prata ao Brasil colonial até 1750, tornando-se a sua fronteira natural. A estratégia pretendia que os colonizadores portugueses se instalassem na margem Norte do Prata e no local mais próximo do desagüamento deste mesmo rio no Atlântico Sul, criando uma barreira física e territorial entre as zonas portuguesa e castelhana. Note-se que Colônia do Sacramento, entre 1723 e 1750, foi o ponto de partida para os portugueses dominarem toda a margem Norte e Oriental do Prata, incluindo as cidades de Montevideu e Maldonado, para posteriormente existir uma circulação comercial com os portos do Norte do Brasil, como o do Rio de Janeiro.

Por outro lado, as forças religiosas tiveram identicamente um papel significativo nas colonizações da Colônia do Sacramento e, por consequência, também do Rio Grande do Sul, embora criando conflitos com as populações indígenas, que se rebelaram contra a estrutura social erguida antes de à mesma se submeterem. Com efeito, para além dos indígenas terem mostrado resistência em concordar com o Tratado de Madrid e de se submeter à violência dos

colonos portugueses, o mesmo sucedeu com os Jesuítas, que os dirigiam no Rio Grande do Sul. Na época, presenciou-se a um confronto direto entre o poder espiritual da Igreja e o poder político das Coroas Portuguesa e Castelhana, estando os indígenas, neste conflito, ao lado das Missões Jesuítas. O resultado deste confronto foi uma guerra sangrenta e vários massacres indígenas entre 1753 e 1759.

Não obstante, em 1761, assinou-se um novo tratado, o Tratado do Pardo, dando vantagens às fronteiras defendidas pela Ordem Jesuíta e castelhana na América do Sul. Contudo, em 1777, tudo voltava ao ponto de partida do Tratado de Madrid, pois Castela tornava-se soberana sobre a Colônia do Sacramento. Os resultados dos confrontos entre a Ordem Jesuíta e as Coroas Portuguesa e Castelhana foram, por um lado, o ganho de autonomia por parte das Missões, resultante da assinatura do Tratado do Pardo, mas, por outro, a sua expulsão da América do Sul entre 1759 e 1767. A relevância da Colônia do Sacramento foi, por conseguinte, exponencialmente ampliada para as duas Coroas nos séculos XVII e XVIII, evidenciando ainda que a Colônia do Sacramento foi um elemento marcante nas negociações diplomáticas de 1701 a 1777 entre as mesmas, nos múltiplos tratados europeus entre a Casa Real dos Bourbon e a Casa Real dos Habsburgo.

Face ao acima referido, é possível afirmarmos que a pergunta de partida foi respondida de forma cabal. Afinal, foram descritas as razões pelas quais Colônia do Sacramento foi importante, tanto para Portugal, quanto para Castela, entre 1680 e 1777, sendo certo que o destino da mesma foi sendo definido diplomaticamente, por via dos tratados europeus, ainda que a cidadela se transformasse, várias vezes, num autêntico campo de batalha, em função das guerras luso-castelhanas que nela eram travadas, como será concluído nas observações do quarto e último objetivo secundário.

Pode, igualmente, afirmar-se que o objetivo central desta investigação foi alcançado, já que se determinou o papel, em termos geoestratégicos, da Colônia do Sacramento, entre as Coroas Portuguesa e Castelhana, de 1680 a 1777.

Afinal, pela sua localização geográfica, Colônia do Sacramento apresentava uma enorme importância geoestratégica e geopolítica para as duas Coroas, visto que a cidadela, fundada pelos portugueses em 1680, tinha como função essencial a de servir como zona tampão que definisse e demarcasse a fronteira meridional do Brasil, por meio das fronteiras naturais delineadas pelo contorno do rio da Prata. Ademais, a sua função era igualmente a de servir como entreposto comercial que permitisse o comércio triangular entre a América do Sul portuguesa, Portugal e a África portuguesa.

Por conseguinte, o primeiro objetivo secundário foi igualmente alcançado, já que se comprovou a identificação de Colónia do Sacramento como uma cidadela construída pelos portugueses num local estratégico – junto ao Atlântico Sul e à foz do rio da Prata –, dando aos portugueses a oportunidade de se posicionarem e se defenderem contra a expansão castelhana a Sul e a Oeste do Prata e, ainda, de protegerem e, até, aumentarem a fronteira meridional do Brasil. De facto, como consequência do alcance do objetivo central, foi naquele mesmo sentido que a Coroa Portuguesa ambicionava apoderar-se do território demarcado como castelhano no antigo Tratado de Tordesilhas, fundando então Colónia do Sacramento com as funções acima expostas.

O segundo objetivo secundário, focado em analisar como Colónia do Sacramento foi utilizada como ponto estratégico da expansão portuguesa para ir além dos limites traçados nos tratados para conquistar territórios mais a Sul, foi tal-qualmente atingido. Afinal, Colónia do Sacramento foi fundada em 1680 pelos portugueses, com o intuito de ultrapassar as linhas imaginárias do antigo Tratado de Tordesilhas na América do Sul, já que os portugueses pretendiam instalar-se nas margens Norte do Prata, obtendo assim a soberania perante os castelhanos a Nordeste e a Sudeste. Esta estratégia desenvolveu-se até 1750, através da fundação de cidadelas junto à costa Sul atlântica, em locais estratégicos, para se realizar o comércio, não só para lá do Atlântico Sul, como também para possíveis trocas comerciais entre castelhanos e portugueses. Na verdade, através da colonização de Colónia do Sacramento, Portugal estendeu-se, não só a Sul, como também junto à costa Sul atlântica, chegando a dominar as cidadelas do Rio Grande do Sul, Maldonado, Montevidéu e grande parte desta margem Norte do Prata – hoje, a Ponta Este do Uruguai.

O terceiro objetivo secundário, centrado na abordagem socioeconómica da Colónia do Sacramento de 1680 a 1777, por forma a compreender a estrutura demográfica e o papel das forças religiosas e das revoltas indígenas contra a estrutura social na mesma erguida, foi identicamente obtido. Efetivamente, sendo a cidadela um forte, protegido militarmente pelos portugueses, com vantagens económicas e geoestratégicas para a circulação dos comerciantes por via marítima, através do Prata e do Atlântico Sul, a mesma, até 1777, recebeu centenas de escravos, prata e produtos provenientes dos territórios da Bacia do Prata, para posteriormente serem vendidos às elites europeias. O território meridional do Prata, em especial, foi uma fonte de comércio para a circulação da prata entre o Perú e os portos brasileiros, como o do Rio de Janeiro. Ademais, por questões económicas e de sustentabilidade, em 1750, os indígenas faziam grande parte dos trabalhos mais difíceis na região platina, sendo dirigidos pela Ordem Jesuíta, o que na realidade significa que, em toda a região platina, se assistiu a uma submissão dos

indígenas a esta ordem religiosa. Na verdade, se por um lado, os Jesuítas dominavam parte da economia local, uma vez que detinham o poder de vigiar os produtos e bens manufaturados produzidos pelos indígenas e escravos que habitavam a região platina; por outro, frequentemente os indígenas posicionavam-se junto às margens dos afluentes do Prata por orientação dos Jesuítas, originando conflitos armados nas fronteiras acordadas entre Portugal e Castela. Desta forma, os conflitos sucederam-se, sobretudo, de 1752 a 1755, após estabelecida, por unanimidade, entre Portugal e Castela, a nova fronteira meridional do Brasil, o Rio Grande do Sul, obrigando os povos indígenas dirigidos pelos Jesuítas a migrarem para Oeste do Rio Uruguai.

Frente a tudo o acima exposto, é válido afirmar-se que o quarto e último objetivo secundário, o de avaliar que o destino de Colônia do Sacramento foi traçado pela via diplomática, através dos tratados europeus, pese embora as diversas guerras ocorridas no seu território, também foi alcançado. Com efeito, foi analisado que, a anulação do Tratado de Lisboa alterou a situação de domínio que Portugal detinha sobre Colônia do Sacramento, passando esta para Castela. Porém, o interessante é que esta modificação permite-nos alcançar duas evidências. A primeira é que as negociações diplomáticas sobre Colônia do Sacramento entre as Coroas Portuguesa e Castelhana também foram influenciadas pela guerra da sucessão no reino de Castela; sendo a segunda a de que a partir da reconquista castelhana de 1705, Colônia do Sacramento poderia ser utilizada como objeto de negociação, caso Portugal se aliasse, naquela guerra, à Casa Real dos Bourbon ou dos Habsburgo. Estas evidências significam que o futuro da posse da Colônia do Sacramento entre Portugal e Castela foi decidido, não no campo de batalha da América do Sul, mas antes nos tratados europeus, ou seja, pela via diplomática. Afinal, as negociações diplomáticas entre Portugal e Castela começaram em 1700, com a morte do Rei Carlos II de Castela, o que originou a guerra da sucessão no Reino de Castela. Nesta, ao contrário de aliar-se aos Bourbon ou aos Habsburgo, Portugal aliou-se à Inglaterra, com a qual estabeleceu um longo e bem-sucedido acordo, o Tratado de Methuen, que corporiza a aliança luso-britânica. Ganhando a guerra, os Bourbon, em 1714, sobem ao trono castelhano, na figura de D. Filipe V, através do tratado de paz, o Tratado de Utrecht, enquanto a Inglaterra, mesmo tendo sido malsucedida na guerra, passava a dominar a diplomacia internacional. Isto significa que Portugal ficou com as suas fronteiras mais seguras de futuros ataques castelhanos, vendo ainda o seu território na América do Sul consideravelmente mais alargado. Significa, também, que o conflito na Europa afetou a Colônia do Santíssimo Sacramento, visto que esta esteve em guerra, pelo menos, de 1705 a 1715, contra as forças borbónicas. Desta forma, é possível concluir-se que, entre 1701 e 1715, Colônia do



Sacramento foi sem dúvida o eixo de negociação entre Portugal e Castela, sendo utilizada como moeda de troca.

Em suma, até 1750, a Coroa Portuguesa obteve a hegemonia sobre a margem Norte do rio da Prata e da Colónia do Sacramento, todavia, a estratégia portuguesa de dominar o Prata e a sua foz terminou, quando D. João V exigiu as fronteiras do Brasil definidas, através do Tratado de Madrid. Assim, desde 1750, a margem Norte do Prata e Colónia do Sacramento ficaram sob domínio da Coroa Castelhana, apesar de após esta data terem existido, de facto, guerras entre as Coroas Portuguesa e Castelhana, devido à resistência dos indígenas e dos Jesuítas em aceitarem as novas fronteiras na região platina. Em 1777, foi assinado o Tratado de Ildefonso, sendo acordado entre as Coroas Portuguesa e Castelhana que Colónia do Sacramento ficaria sob domínio castelhano, de modo que, a partir de 1777, todo o território platino ficou na posse da Coroa Castelhana, a qual se tornou soberana sobre Colónia do Sacramento e com a supremacia na foz e na Bacia do Prata, terminando assim com os conflitos entre Portugal e Castela nesta região. Foi, na verdade, o preço que Portugal teve de pagar para ver alargadas e estabilizadas as fronteiras do Brasil.

Em todo o caso, hoje, Colónia do Sacramento é uma cidade do Uruguai, capital do departamento de Colónia, sendo certo que a área onde se localiza a fundação portuguesa faz parte do centro histórico, reconhecido pela UNESCO como Património da Humanidade.

Uma vez concluída a dissertação, vale referir as dificuldades encontradas na investigação para a realização da mesma, bem como do que poderia ter sido feito de outra forma ao longo do tempo. As primeiras complicações surgiram ao identificar Colónia do Sacramento geograficamente, como um forte que serviu para defender o território português de Castela na América do Sul. Igualmente complexo, foi analisar a incorporação do enclave do Prata ao Brasil, permitindo a Portugal, em 1680, reforçar a sua posição económica no Atlântico Sul. Foi um estudo um estudo longo e aprofundado o da guerra da sucessão ao reino de Castela, para daí retirarmos as consequências dessa guerra para Colónia do Sacramento, como também, para as relações de poder e diplomáticas entre Portugal e Castela a partir de 1701 – esforço feito com base na Escola Francesa de Renouvin e Duroselle.

Por último, arduidades surgiram para dispor cronologicamente os factos analisados e respetivas consequências, já que o objeto de estudo, em torno do qual giraram a pergunta de partida e os objetivos desta investigação, foi examinado numa *longue durée*, dos séculos XVII a XVIII. Neste âmbito, a principal dificuldade surgiu na última fase de averiguação e elaboração da dissertação, quando acrescentámos uma visão sociológica dos conflitos armados e das relações diplomáticas na Europa, entre os povos autóctones das regiões meridionais do Brasil,

a partir de 1752, em torno das Coroas Portuguesa e Castelhana, abordando os acontecimentos históricos internacionais da época, a cultura civilizacional dos povos sul-americanos das regiões meridionais do Brasil e a importância geopolítica da Colônia do Sacramento junto à foz do Prata. Foi significativo ter-se concluído que o destino da Colônia do Sacramento, ao longo de 1680 e 1777, foi sendo sempre decidido pela via diplomática no palco europeu, através dos múltiplos tratados assinados por Portugal e Castela, ainda que, na região platina, os conflitos tenham parecido intermináveis.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **LIVROS**

- Almeida, Luís Ferrand de, (1973). “A Colónia do Sacramento na época da Sucessão de Espanha”, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: Coimbra. ,
- Bethell, Leslie, (1984). “História da América Latina”, vol.2, Editorial Crítica: Barcelona.
- Bethencourt, Francisco; Chaudhuri, Kirti, (1998). “História da expansão portuguesa”, vol.3, Círculo de Leitores: Navarra, Espanha.
- Burke, Peter, (1992). “A Escola dos Annales 1929-1989: A Revolução Francesa da historiografia”, Editora Unesp: São Paulo.
- Carreiras, Helena; Malamud, Andrés, (2010). “Do fado ao tango, os portugueses na região platina”, Mundos Sociais: Lisboa.
- Cervo, Amado; Bueno, Clodoaldo, (2013). “História da política exterior do Brasil, do período colonial ao reconhecimento do Império (1500-1825)”, Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília.
- Corvisier, André, (1976). “História Universal. O Mundo Moderno”, vol.3, Edições Ática: Lisboa.
- Cortesão, Jaime, (1981). “Os Descobrimentos Portugueses.”, vol.4, Livros Horizonte: Lisboa.
- Dantas da Cruz, Miguel (2015). “Um Império de Conflitos. O Conselho Ultramarino e a Defesa do Brasil”, Imprensa de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa: Lisboa.
- Domingues, Ângela, (2000). “Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII”, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses: Lisboa.
- Duroselle, Jean-Baptiste ; Kaspi-André, (2013). “História das Relações Internacionais de 1919 a 1945”, Texto e Grafia: Lisboa.
- Duroselle, Jean-Baptiste (1992). “Todo o império Perecerá” – Teoria das Relações Internacionais, tradução Ane Lize Spaltemberg de S. Magalhães, Editora Universidade de Brasília, Imprensa Oficial do Estado: São Paulo.
- Frega, Ana, (2009). “Historia regional e independencia del Uruguay. Proceso histórico y revisión crítica de sus relatos”, Banda Oriental: Montevideo.
- Goes, Synesio, (1991). “Navegantes, Bandeirantes e Diplomatas”, Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília.
- Guirado, Maria Cecília, (2001). “Relatos do Descobrimento do Brasil”, Instituto Piaget: Lisboa.

Gusmão, Alexandre, (1981). “Cartas”, Imprensa Nacional, Casa da Moeda: Lisboa.

Herzog, Tamar, (2018). “Fronteiras de Posse: Portugal e Espanha na Europa e América.”, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: Lisboa

Hutchins, John A. (1961). “A política diplomática da corte do Rio de Janeiro em relação à Banda Oriental do Uruguai (1808-1812).” Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Instituto de Estudos Históricos Doutor António Vasconcelos: Coimbra.

Lara, António Costa de Albuquerque de Sousa, (1981). “A política económica do Marquês de Pombal”. Editorial Resistência: Lisboa.

Lara, António Costa de Albuquerque de Sousa, (2002). “Imperialismo, Descolonização, Subversão e Dependência.” Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, UL: Lisboa.

Lara, António Costa de Albuquerque de Sousa, (2014). “Colonização Moderna, Descolonização e Dependência.” Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas: Lisboa.

Leite, Serafim, (1965). “Suma histórica da Companhia de Jesus no Brasil: Assistência de Portugal, 1549-1760.”, Junta de Investigação do Ultramar: Lisboa.

Maeder, Ernesto (1992).” Misiones del Paraguay. Conflicto y disolución de la sociedad guaraní.”, Colecciones Mapfre: Madrid.

Mendes, Nuno Canas, (2017). “História e Conjuntura nas Relações Internacionais.” Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas UTL: Lisboa.

Moniz Bandeira, Luiz Alberto, (2000). “O Feudo: a casa da Torre de Garcia d’Avila da conquista dos sertões à independência do Brasil”, Civilização Brasil: Rio de Janeiro.

Moniz Bandeira, Luiz Alberto, (2012). “A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata”, Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.

Nogueira, Carlos da Silva; Oliveira, Humberto Nuno de Oliveira (1991). “História de Portugal I”, Universidade Lusíada

Patrício, Raquel, (2007). “As relações em eixo-franco-alemãs e as relações em eixo argentino-brasileiras. Géneses dos processos de Integração”, UL: Lisboa.

Patrício, Raquel, (2012). “Estudos de Área: América Latina. Uma visão da América Latina.” Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, UL: Lisboa.

Possamai, Paulo, (2006). “A vida quotidiana na Colónia do Sacramento”, Livros do Brasil: Brasil.

Possamai, Paulo, (2010a). “Gente de guerra e fronteira: Estudos de história militar do Rio Grande do Sul.” Universidade Federal de Pelotas: Brasil.

Renouvin, Pierre, (1953c). “Histoire des relations internationales ”, Hachette : Paris.

Renouvin, Pierre ; Duroselle, Jean-Baptiste (1964). “Introduction à l’histoire des relations internationales”, Librairie Armand Colin : Paris.

Renouvin, Pierre ; Duroselle, Jean-Baptiste, (1991). “ Introduction à l’histoire des relations internationales.” Armand Colin: Paris 4 ed.

Renouvin, Pierre, (1990). “Historia de las relaciones internacionales”, Ediciones Akal: España.

Renouvin, Pierre (1966). “ Études d’histoire des relations internationales ”, Presses Universitaires de France: Paris.

Rio-Branco, Miguel Paranhos de, (2010). “Alexandre de Gusmão e o Tratado de 1750”, FUNAG: Brasília.

Santo, Miguel Frederico Do Espirito, (2010). “Portugal y la Banda Oriental. Una lucha entre la fe y la razón.” Instituto de Cultura Uruguayo-brasileño: Montevideo.

Saraiva, António José, (1981). “A cultura em Portugal. Teoria e História” (vol.1). Livraria Bertrand: Lisboa.

Saraiva, José Flávio Sombra, (2001). “Dois séculos de História. Entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética (1815-1947)”, vol.1, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, FUNAG, Fundação Alexandre Gusmão: Brasil.

Soares de Oliveira, Luís, (1994). “História Diplomática. O período europeu (1580-1917)”, Universidade de Lisboa: Lisboa.

Soares, Martinez, Pedro, (1986). “História Diplomática de Portugal”, Verbo: Lisboa.

Suremain, Marie-Albane de, (2016). “Enseigner les colonisations et des décolonisations ”, Canopé : France.

Truchuelo, S. y Reitano, (2017).” Las fronteras en el mundo atlántico (siglos XVI-XIX).”, La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación.

(HisMundI; 1). Recuperado de: <http://libros.fahce.unlp.edu.ar/index.php/libros/catalog/book/85>

William, Edwin, (2012). “História da América Latina”, Edições 70: Lisboa.

## REVISTAS

Almeida, Luís Ferrand De, (1978). “A Colónia do Sacramento nos princípios do século XVIII (Uma fonte importante para o seu estudo)”, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social.

Neto, Margarida Sobral; (2006). “LUÍS FERRAND DE ALMEIDA. Breves notas de um percurso académico”. Revista do Centro de História da Sociedade e da Cultura: Coimbra

Duroselle, Jean-Baptiste, (1962). “Paix et guerre entre les nations : la théorie des relations internationales selon Raymond Aron. ” Revue française de science politique, 12<sup>e</sup> année, n<sup>o</sup>4, 1962. pp. 963-979 ;

doi : <https://doi.org/10.3406/rfsp.1962.403400>

[https://www.persee.fr/doc/rfsp\\_0035-2950\\_1962\\_num\\_12\\_4\\_403400](https://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_1962_num_12_4_403400)

Lima, T. Machado, (2010). “Reduções Jesuítico-guaranis (Sete Povos e Trinta Povos): nos 400 anos de uma aventura feliz, mas de final trágico”. Revista Brotéria “Cristianismo e Cultura”, vol.171, p.11-21, Dezembro 2010.

Prado, Fabrício, (2003).” A Colônia do Sacramento: a situação da fronteira platina no século XVIII”, Universidade Federal do Rio Grande Sul: Brasil. Revista: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, n. 19, p.79-104, Julho de 2003.

Masy, Rafael Carbonell de, (1991). “A autonomia dos povos guaranis evangelizados pelos Jesuitas (1609-1767) (no quinto centenário inaciano 1491-1991)”. Revista Brotéria “Cristianismo e Cultura”, vol.132, p. 5-13, Maio/Junho de 1991.

Monteiro, Nuno; Cardim, Pedro, (2013). “A centralidade da periferia. Prata, contrabando, diplomacia e guerra na região platina (1680-1806).” História, histórias: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Unb, Vol. 1 (1), 3-22: Brasília.

Pontes, Beatriz Maria, (2010). “As bases geopolíticas dos Sete Povos das Missões”, Revista de Geopolítica vol.1, n<sup>o</sup>2, Ponta Grossa: Brasil.

Salla, Dalton (1897). “Arquitetura e sociedade nas reduções jesuíticas da Bacia do Prata”, edição do autor: São Paulo

Several, Rejane da Silveira, (1998). “Jesuítas e guaranis face aos impérios coloniais ibéricos no Rio da Prata”, Revista de História Regional, Ponta Grossa, v.3, n<sup>o</sup>1, 1998.

#### TESES E DISSERTAÇÕES

Sposito, Fernanda, (2012).” Santos, Heróis ou Demónios? Sobre as relações entre índios, jesuítas e colonizadores na América Meridional (São Paulo e Paraguai/Rio da Prata, séculos XVI- XVII), Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: São Paulo.

#### ARTIGOS

Poggi, Alfredo, (2017). “Los primeros libros del Río de la Plata”, Dieciocho: Georgetown University

Disponível 12/12/2018

<https://northgeorgia.academia.edu/AlfredoIgnacioPoggi>

Possamai, Paulo, (2010b). “De núcleo de povoamento à praça de guerra: a Colónia do Sacramento de 1735 a 1777”, artigo Topoi: Rio de Janeiro.

Disponível 27/11/2018

<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v11n21/2237-101X-topoi-11-21-00023.pdf>

Brandão, Carlos Rodrigues, (1990). “Os Guarani: Índios do Sul. Religião, Resistência e a Adaptação.”, artigo Estudos Avançados, v.4, n. 10: São Paulo.

Monteiro, Rodrigo Borges, (2005). “Nas fronteiras do Antigo Regime: a Colónia do Sacramento no séc. XVIII.” IN: Congresso Internacional O Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedade. Actas do Congresso Internacional de História O Espaço Atlântico de Antigo Regime, Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de História Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa: Lisboa

Disponível 11/12/2018:

[http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/rodrigo\\_borges\\_monteiro.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/rodrigo_borges_monteiro.pdf)

## DICIONARIOS E ENCICLOPEDIAS

Correia; António Mendes et alli (1989), "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira". Vol. XXVI. Edição Página Editora: Lisboa.

Salvadori, Massimo (dir.), (2005). “História Universal.”, vol.10, Edição Planeta DeAgostini: Novara.

Serrão, Joel (1984) “Dicionário de História de Portugal”. Vol V. Edição Figueirinhas: Porto.

## G. SITES DA INTERNET

[Diplomatizzando.blogspot.com/2011/04/histoire-des-relations-internationales.html](http://Diplomatizzando.blogspot.com/2011/04/histoire-des-relations-internationales.html)

<http://maltez.info/aaanetnovabiografia/Reis/Portugal/historia%20diplomatica.ht>

**[WWW.ISCSP.ULISBOA.PT](http://WWW.ISCSP.ULISBOA.PT)**